

# POLITIKA

No. 2 - 29 de outubro a 4 de novembro de 1971

RIO (GB) - Cr\$ 2,00

CEMAP - MEMBROS  
CLASS. \_\_\_\_\_

Oliveira Bastos / Sebastião Nery  
Adirson de Barros / Maria Conceição Tavares



**ROBERTO CAMPOS**  
**LÍDER**  
**CAMPONÊS**

# O BRASIL NA ENCRUZILHADA



**MOWINCKEL**  
**O ESPIÃO**  
**DESLUMBRADO**





MUITA GENTE TORCEU O NARIZ QUANDO O SENADOR JOSÉ SARNEY, DA ARENA, AFIRMOU QUE É NECESSÁRIO ACORDAR A CLASSE POLÍTICA DE SEU TORPOR. MAS A VERDADE É QUE OS NOVOS DESAFIOS A SEREM LANÇADOS JUSTIFICAM ESTA FRASE DE SARNEY: "É PRECISO REJUVENESCER A LIDERANÇA POLÍTICA NACIONAL, NEM QUE SEJA NECESSÁRIO APLICAR-LHE DOSES CADA VEZ MAIS FORTES DE K-H3".

Sebastião Nery



Sarney



Medici



Ney



Pimentel

# QUEM TEM VOTO TERÁ VEZ E VOZ



SÚBITO e até ao ponto azêdo deb... que... tório da eficiência... so como instituição... como parceiro do poder, tem... a motivação mais profunda do que a

simples reforma que está sendo empreendida pelas duas casas legislativas. Quando o Senador José Sarney, com alguma contundência, afirmou que o Congresso envelheceu precocemente e que suas lideranças se amofinaram e se esvaziaram completamente, êle não estava querendo

mobilizar o Congresso para algum grito de guerra contra a estrutura de poder que limita a ação legislativa. Êle não queria sacudir o Congresso, mas as lideranças políticas desfibradas, cujo vácuo se projeta sôbre a própria instituição.





**QUEM TEM VOTO  
TERÁ VEZ E VOZ**

A POLÍTICA DE CAMPO (A QUE SE EXERCE JUNTO AO ELEITORADO) MOBILIZARÁ OUTRA VEZ A CLASSE POLÍTICA, SE TÓDAS AS INDICAÇÕES CONFIRMAREM A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES DIRETAS PARA ESCOLHA DOS GOVERNADORES EM 1974. POLÍTICO BRASILEIRO APRENDEU COM O PADRE ANCHIETA QUE NÃO PODE EXISTIR CATEQUESE SEM CANTO E DANÇA. DAÍ A NECESSIDADE DA VOLTA DOS COMÍCIOS.

**POLITIKA**

**3**

**konjuntura**

## **A simples discussão de um tema já basta para criar um clima**

A reação a Sarney é que foi deplorável. Tomando as palavras do senador como um desafio ao sistema, o presidente do Senado e sua banda de músicos pretenderam, num primeiro lance, incompatibilizar Sarney com a Presidência da República e, logo depois, força-lo a mostrar, na prática, os expedientes que poderiam transformar o Congresso numa força mais atuante do que a que ostenta, no momento.

### **A MOTIVAÇÃO**

Sob certos aspectos, debater é mais importante do que votar. No Congresso, por exemplo. Pois na medida em que os parlamentares trazem aos jornais o reflexo de suas perplexidades, o público toma conhecimento de que a classe política não está morta, nem superada. É o caso, por exemplo, do esforço do dr. Pedro Aleixo para criar um terceiro partido. Não importa que o ministro da Justiça considere inoportuna a idéia. Conhecendo, como ninguém, a trilha do permitido e os atalhos desfechos às incursões políticas, o dr. Pedro Aleixo tomou a estrada principal e age de acordo com os estritos preceitos da lei. Suas dificuldades são imensas, mas a medida mesma dessas dificuldades cria o fato político de que a opinião pública toma conhecimento. Mesmo que o partido não venha a ser formado, ele já forneceu excessiva matéria de especulação e de reflexão. A política não precisa mais do

que isso para sobreviver em campo aberto.

Outro não parece ter sido o resultado da discussão provocada pelo senador José Sarney. Mesmo que o Congresso dela não saia mais fortalecido, a simples discussão de suas limitações e de suas omissões serviu para romper a barreira de silêncio e de indiferença que separavam a instituição da opinião pública. "Ele está querendo se promover", disse de Sarney o Petrônio Portela. Isto, em política, é um elogio. O difícil é encontrar a porta certa para uma promoção desse tipo, sem quebrar louças institucionais. Ainda recentemente o senador Filinto Müller foi vítima de uma boa-vontade infiltrada de imprudência.

### **AS LIDERANÇAS**

No entanto, o que parece óbvio tanto na tentativa (frustrada) de Filinto, quanto na provocação (bem sucedida) de debate feita por Sarney, é que as verdadeiras lideranças políticas, com lastro eleitoral, sentem-se distantes do foco de onde emana o poder. Todos compreenderam que o presidente Medici e só ele poderia comandar as atividades políticas, ajustando-as aos interesses de reorganização da estrutura de poder, combatida desde os episódios que culminaram com o AI-5. Todos compreenderam, também, que uma forte liderança no comando da Arena e das bancadas nas



*Carvalho Pinto*

## **comando do partido é o desafio**

duas Casas do Congresso poderia, se não impedir, criar embaraços para a chefia política do Presidente.

Uma liderança forte no comando na Arena pressupõe um diálogo mais profundo com o Presidente.

Foi o que aconteceu com o senador Daniel Krieger, mas quando este amoleceu o corpo, o esfacelamento da base parlamentar permitiu que o ex-presidente Costa e Silva fosse derrotado na votação do episódio Márcio Moreira Alves. Daí que todos os políticos tenham percebido que só o presidente da República poderia recompor as relações entre o partido e a revolução,

entre o Congresso e o Executivo, e que sua tarefa seria (como vem sendo) facilitada pela presença de políticos sem muita expressão no (sub) comando do partido e das bancadas.

### **MUDANÇA**

Agora, entretanto, a situação parece relativamente diferente. Primeiro, porque o presidente da República firmou uma popularidade que o torna, indiscutivelmente, a maior expressão política pessoal do País.

Em vez de ser uma janela que se fecha sobre a paisagem, o presidente Medici é uma porta que se abre para a criação de raízes populares para o partido.

Em segundo lugar, há a evidência de que a estrutura de poder revolucionário atingiu a sua cristalização, não sendo possível desafiá-la nem de dentro para fora (veja-se episódio Albuquerque Lima), nem de fora para dentro (veja-se o desmantelamento da máquina terrorista). Então, é óbvio que a etapa seguinte só poderá conduzir o presidente Medici a uma liberação cautelosa, mas progressiva da atividade política (digamos) de campo. E o primeiro passo concreto, nessa direção, será a realização de eleições diretas para os governos estaduais, em 1974.

Mesmo que outro passo não venha a ser dado, este (das eleições estaduais diretas) já será suficiente para ressuscitar a classe política e colocá-la em pleno funcionamento.



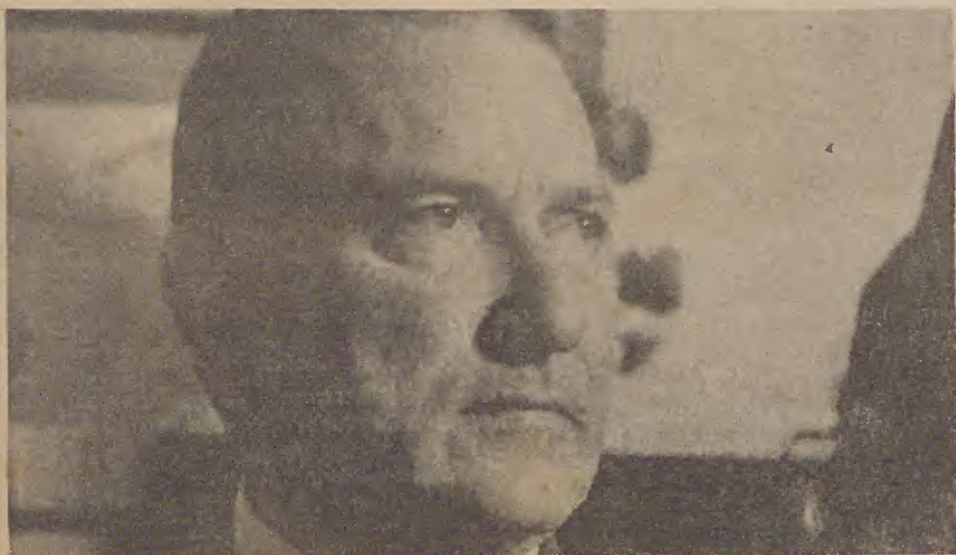
*Magalhães Pinto*





QUANTO MAIS SE FALA EM POSSIBILIDADE DE RESSURREIÇÃO DA ATIVIDADE POLÍTICA MAIS SE CONFIRMA O ENTÉRO POLÍTICO DE ABREU SODRÉ. NINGUÉM QUER CONVERSAR COM ÊLE. NINGUÉM QUER BRIGAR COM ÊLE. NINGUÉM QUER SE INCOMODAR POR CAUSA DÊLE. DOS OITOCENTOS CONVIDADOS AO BANQUETE DE SUA POSSE RESTAM APENAS DOIS RETARDATÁRIOS: O SENADOR ZANCANER E O DEPUTADO TURNER.

**QUEM TEM VOTO TERÁ VEZ E VOZ**



Gueiros

## Só Médici dará sinal de partida

Eleições diretas significam mobilização popular. Mobilização popular significa teste partidário. E ninguém espera que a Arena se disponha a concorrer a êsses testes com as suas lideranças mais fortes afastadas do calor presidencial. Nem o presidente Médici, que reconhece a natureza do problema, estaria disposto a correr o risco de ver o seu partido enfraquecido nas urnas, quando é mais do que evidente o seu prestígio pessoal.

### O DESAFIO

De modo que toda a agitação que toma por pretexto a reforma do Congresso não passa, no fundo, de uma tentativa de provocar um remanejamento de comando dentro do partido, dentro do Congresso e dentro dos diretórios estaduais.

Embora essas coisas não venham a furo, não há evidência de que o presidente da República esteja totalmente feliz ou empolgado com a atuação dos governadores para cuja escolha contribuiu pessoalmente. A realização de eleições diretas para governadores será, assim, uma forma de dividir os riscos de seleção.

O presidente e os órgãos de segurança verificarão, por certo, quem pode e quem não pode apresentar-se candidato. Mas a escolha definitiva, feita a triagem institucional,

recairá sobre o candidato que apresentar melhores índices no estudo de viabilidade eleitoral. Quer dizer: feitos os testes de informação, a decisão será eminentemente política.

Então, é normal que desde já se inicie a luta pelo comando da Arena, tanto no plano nacional, como no dos diretórios estaduais. As contradições internas do partido são maiores do que nunca e se não vêm a público é porque o próprio presidente desaconselhou toda e qualquer escaramuça partidária quando fez silenciar a querela entre o governador Haroldo Leon Peres e o ex-governador Paulo Pimentel. A briga foi abafada, mas isto não quer dizer que as divergências tenham sido superadas. O mesmo vem ocorrendo em outros Estados, onde alguns governadores não conseguiram ainda domar o tigre das bases partidárias.

### A HORA

Sentindo que quem tem voto terá vez, alguns políticos com liderança efetiva em seus Estados não querem mais aceitar continuarem sendo comandados por políticos de menor expressão que a sua.

E a tendência para dar maior expressão dentro da Arena a quem dispõe de maior expressão político-eleitoral parece irreversível. A reabilitação do senador Ney Braga, hoje com grande trânsito junto ao poder, parece confirmar essa tendência. Ney Braga havia caído em desgraça durante o período do presidente Costa e Silva, a despeito de não haver contribuído em nada para as crises políticas que se geraram no período. A falta de suporte no plano federal fez com que êle enfrentasse em condições de desigualdade a disputa com Paulo Pimentel.

## Dois grandes Pintos preferiram trabalhar em pleno silêncio

Se o Haroldo Leon Peres não tivesse sido escolhido pelo presidente Médici, é quase certo que o sucessor de Paulo Pimentel seria escolhido sem nenhuma audiência de Ney. Hoje, as coisas mudaram. Não apenas Ney Braga atingiu a primeira secretaria do Senado como transformou-se no ponto de referência presidencial para um possível equilíbrio das forças arenistas no Paraná.

O mesmo ocorreu com o senador José Sarney, cujas recentes declarações, longe de o incompatibilizarem com o sistema, foram recebidas como uma proposta legítima de reformulação dos quadros e do comportamento da classe política brasileira.

Não será, portanto, de estranhar se as lideranças políticas remanescentes vierem a ser chamadas para a mesa de debates, ao lado das novas lideranças como a de Delfim Neto, Marcos Prati de Moraes, Eraldo Gueiros, César Cals e outras que estão emergindo.

No estágio atual do processo, o primeiro "round" para o reclamado remanejamento das lideranças políticas será travado em torno da presidência da Arena. Dois nomes logo de impõem, pela ressonância que alcançam dentro do Congresso: Filinto Müller e Etelvino Lins. Qualquer dos dois daria conteúdo político efetivo à presidência do partido. No entanto, há que considerar alguns obstáculos à caminhada desses dois nomes. O senador Filinto Müller tem contra si o fato de ser apoiado pelo ex-comando partidário que deixou Costa e Silva a ver navios e, por outro lado, não representa o ideal de renovação que os parlamentares mais novos e os militares contemplam.

Quanto a Etelvino Lins, os obstáculos são colocados por êle próprio, que prefere exercer (em função do presidente Médici) uma espécie de coordenação política não ostensiva, mas de profundidade. Sob êste aspecto, Etelvino fugiria até de um ministério (o da Justiça, por exemplo) se fosse convidado. Mas é inegável que êle compensa, com a admiração que o presidente lhe

dedica, a repercussão que o nome de Filinto Müller desperta dentro do Congresso.

O problema da renovação de quadros pode, entretanto, se não pesar sobre a decisão presidencial, influir com um colorido novo na disputa pela presidência da Arena. Alguns parlamentares jovens, sabe-se, consultaram Ney Braga sobre se poderiam levantar o seu nome para a presidência do partido. Ney, contudo, refulgou a idéia confessando, desde já, que o seu candidato é Filinto.

Mas não é improvável que o senador José Sarney, dando consequência à sua denúncia de envelhecimento do Congresso, apresente-se como candidato, mesmo sem perspectiva de ser escolhido. Nesse caso, é o que informam os seus amigos, êle colocaria a sua candidatura à presidência da Arena não como de oposição a êste ou àquele candidato, mas como um desafio para uma renovação completa dos quadros políticos do país. Em outras palavras: utilizaria mais uma vez um tema polêmico para despertar a classe política de seu torpor.

### OS PINTOS

Os dois grandes Pintos (Magalhães e Carvalho) constituem um caso à parte. Nenhum dos dois poderá ser ignorado, já que representam forças populares decisivas, em seus Estados. Escolheram, entretanto, o caminho do despistamento político. Magalhães Pinto já nos disse que não quer falar nada por enquanto (o que estará êle esperando?). E Carvalho Pinto, alegando o seu excessivo trabalho com a reforma administrativa do Congresso, diz que ainda não pensou no que poderá ser a rearticulação da política paulista com vistas à sucessão de Natel. Observa-se, contudo, que os dois não querem ir: querem ser chamados; não querem aparecer, querem ser descobertos.

Como quer que seja, a atividade política de campo, isto é, a que se exerce junto ao eleitorado, começa a soprar as suas primeiras brasas. Breve, ela poderá estar crepitando.





## Sebastião Nery



POLITIKA

5

folklore  
político

# ALKMIM, ZÉ MARIA ( II )

1. — Ministro da Fazenda do governo Juscelino Kubitschek, José Maria de Alkmim mandou uma carta ao Departamento de Estado norte-americano prometendo mil coisas em troca de empréstimos. Apesar do caráter ultra-confidencial da correspondência, logo estourou a notícia. Alkmim desmentiu com veemência.

Mas a UDN caiu em cima. Pelo telefone, Alkmim pediu um desmentido a Amaral Peixoto, embaixador em Washington:

— Não existe, nunca existiu, Amaral. Desminta.

— Mas desmentir como, Alkmim, se estou com uma cópia aqui?

— É falsa. Falsificaram, de certo, a minha assinatura.

Amaral não desmentiu. A UDN convocou Alkmim à Câmara Federal. Lacerda, líder, comandou a interpelação:

— Ministro, a carta existe ou não existe?

— O assunto é reservado, de segurança nacional, mas já que o Congresso me convocou até esta augusta tribuna, não posso continuar me esquivando. Confirmo: a carta existe. Só que não é nada do que se disse e do que VV.Excias. estão imaginando.

— Se existe, onde está?

— Está aqui, dentro desta pasta.

— Nessa pasta não há carta nenhuma, ministro. Não engane o Congresso.

— Está aqui, sim.

— Se está, mostre ao plenário.

— Não posso mostrar, porque é assunto ultra-reservado.

— Proponho, então, em nome da UDN, que os líderes dos partidos se reúnam em sessão secreta para V.Excia, senhor ministro, ler a carta, protegida de qualquer divulgação.

Alkmim pediu um copo d'água, bebeu, olhou bem para o plenário e as galerias superlotadas, e gritou pa-

tético, quase gemendo pela garganta rouca:

— Estranho privilégio desejam os líderes desta Casa. Se 400 representantes do povo não podem ter acesso a um documento secreto, por que razão apenas uma dúzia de líderes haveria de ter? Que democracia é esta, senhores? São ou não são todos iguais em mandato e responsabilidades para com a Nação?

E desceu da tribuna debaixo de palmas. Nunca mais se falou na carta-misteriosa.

2. — Primeiro dia de ministro no Rio, Alkmim chamou um grupo de jornalistas para bate-papo em seu apartamento. Pediu logo desculpas:

— Gostaria que os senhores não reparassem no terno modesto e já gasto do ministro. É que minha mulher está em Bocaiúva, lá em Minas, e não estou tendo quem cuide de minhas roupas, que aliás são apenas três e precisam estar sempre se revezando na lavanderia.

Mas a conversa foi em frente, o uísque também. Mais tarde, Alkmim abriu o guarda-roupa, para pegar um documento, e os jornalistas, surpresos, viram aparecer uma fileira de ternos novos, as mangas bem curtas, exatamente pequenas como os braços do dono:

— E êsses ternos, ministro, não são do senhor?

— Quem sou eu, meus filhos? Êsses são do Leonardo.

Leonardo Alkmim, filho de Alkmim, tem um metro e oitenta de altura e longos braços que ocupariam uma perna da calça do pai.

3. — Era secretário da Fazenda em Minas, os amigos resolveram testar sua fama de pão-duro. Arranjaram uma freira, mandaram procurá-lo no gabinete, no fim do expediente, quando muitos dêles lá estariam.

A freira chegou, pediu um auxílio pessoal para o Orfanato, êle tirou o talão de cheques, preencheu,

a freira saiu. Atrás dela, os amigos dêle, surpresos. Dia seguinte, no banco, a freira não pôde receber. O cheque estava sem assinatura. A freira voltou ao gabinete:

— Desculpe, irmã, mas, como cristão, devo obedecer ao Evangelho. Quando pratico atos de caridade, mantenho-me sempre em absoluto anonimato.

4. — O cabo eleitoral lá da fronteira com Goiás estava de cuca fundida, foi a Alkmim:

— O senhor podia dar um jeito de eu ir à lua?

— Pois não, meu filho. Não há problema.

— Então o senhor me arranja hoje as passagens?

— Arranjo, sim. Não há problema. Mas me diga: — você quer ir de quê?

— Um momento, doutor Alkmim.

— Não, não decida apressado. Vá para casa, pense, resolva e volte. Não há problema.

Um mês depois, estava de volta: — Doutor Alkmim, resolvi. Vou de avião.

— Muito bem. Não há problema. Mas você quer ir na primavera, no verão, no outono ou no inverno? É muito importante saber isso.

— Um momento, doutor Alkmim.

— Não, não decida apressado. Vá para casa, pense, resolva e volte. Não há problema.

Mais um mês:

— Doutor Alkmim, resolvi. Vou no verão. Não faz frio.

— Muito bem. Não há problema. Mas você vai na lua nova, na lua cheia, no quarto minguante ou no quarto crescente? É muito importante saber isso.

— Um momento, doutor Alkmim.

— Não, não decida apressado. Vá para casa, pense, resolva e volte.

Não há problema.

Outro mês:

— Doutor Alkmim, resolvi. Vou na lua cheia, é mais claro.

— Muito bem, meu filho. Tudo certo, então. Eu tenho aqui para você a passagem de volta, que é a mais difícil. Arranje a de ida e venha buscar a de volta. Não há problema.

5. — O Banco de Desenvolvimento de Minas promoveu um Congresso de Investidores em Montes Claros. Lá foram Israel Pinheiro, governador, e Alkmim, secretário da Educação. Muito quente, puseram um colchão refrigerado no quarto de Israel. Êle deitou, não gostou.

Estava frio demais, úmido. Pegou o telefone, ligou para Alkmim, que estava no quarto ao lado, em colchão quente:

— Alkmim, você quer trocar de quarto? Não suporto êsse tal colchão refrigerado.

— Sinto muito, Israel, mas eu não entro em fria.

6. — Encontrou o eleitor na rua, tinha esquecido o nome. Tirou a caderneta, deu o velho golpe:

— Seu nome todo, meu filho?

— Doutor Alkmim, escreva o que sabe, que depois eu digo o restinho.

— Mas é que não fica bem a gente pôr na caderneta os apelidos de família dos amigos.

7. — Na Faculdade de Direito, os três fizeram um trato. O primeiro que morresse receberia, no caixão, 10 contos de cada um dos outros dois, para qualquer necessidade lá em cima.

Morreu um, lá foram os dois para o velório. O outro tirou os 10 contos, pôs discretamente nos pés do morto. Alkmim, muito contristado, apanhou os 10 contos, meteu no bôlso, assinou um cheque de 20, colocou nos pés do morto e saiu.

Ê um gênio da raça.





**POLITIKA**

**6**

**espionagem**

MOWINCKEL, DE NACIONALIDADE NORTE-AMERICANA, CHEGOU UM DIA AO BRASIL E MESES DEPOIS JÁ ERA A PERSONALIDADE "DIPLOMÁTICA" ENTRE TÓDAS A MAIS CONHECIDA, QUERIDA E BADALADA DO "CAFÉ-SOCIETY" CARIOCA. FREQUENTAVA E ERA FREQUENTADO. ABRIA OS SALÕES DE SEU APARTAMENTO PARA RECEPÇÕES A QUE COMPARECIAM TODOS OS PERSONAGENS DIÁRIOS DAS COLUNAS DE IBRAHIM, ZÓZIMO, MARITZA OSÓRIO E ARREDORES.

**Santana  
Junior**

# EM SOCIEDADE TUDO SE SABE



**N**OS DIAS de sol, Mowinckel comparecia à "praia bem" da cidade: exatamente em frente ao sofisticado Country Club, em Ipanema. Era solicitado por todos os casais, sócios do Country, que ali se estiravam para queimar seus corpos extenuados de noites de vigília etílica e conversas nem sempre salutares.

Mowinckel, de extraordinária mobilidade, ia de barraca em barraca oferecendo aos casais do *society* vinhos, cervejas, uísque escocês e salgadinhos, que levava para a praia à fim de presentear seus amigos da sociedade carioca.

— Ali está o Mowinckel! Vá chamá-lo — dizia a senhora ao marido, que logo caminhava em direção ao conhecido personagem da Embaixada dos Estados Unidos, convidando-o para um papo na sua barraca — e logo o papo se transformava em "party".

A vida alegre de Mowinckel, convencido da Epístola de Ibrahim Sued, segundo a qual "Em sociedade tudo se sabe", era conhecida de tódas as pessoas razoavelmente informadas da cidade. O americano conversava com todos, conversa vária, às vezes fútil, às vezes profunda, sôbre os problemas nacionais.

**A BOLA PRETA**

— Quem está influenciando no Poder?

Mowinckel movimentava-se no sentido de um Celmo Padilha, e de sua bonita e inteligente Léa, sabedor das inconfidências do Poder Central a êsse distinto casal do *society* que circulava na intimidade palaciana.

Mowinckel ia ouvindo. E distribuindo sorrisos e champã entre seus convivas e amigos.



# O ESPIÃO DESLUMBRADO



## O ESPIÃO DESLUMBRADO

MOWINCKEL DESFILAVA TRANQUILO ENTRE AS BONECAS E DESLUMBRADAS DE IBRAHIM COM O OUVIDO ATENTO ÀS CONFIDÊNCIAS DO PODER. COM A MESMA AGILIDADE ÉLE SE INFILTRAVA NA DOURADA ESQUERDA DE IPANEMA GRAVANDO OS SEGREDOS E AS TRAMAS URDIDAS PARA A DERRUBADA DO REGIME BURGUEZ. CERTO DIA O COUNTRY CLUB ENCERROU A CARREIRA DE ESPIÃO DO MOWINCKEL NO BRASIL: BOLA PRETA.

POLITIKA

7

espionagem

## Todo mundo olhou seus relatórios

Na medida em que "O espião Mowinckel" circulava, as pessoas que julgavam saber de coisas confidenciais do Governo do Brasil, iam limitando suas conversas com o americano às amenidades do dia a dia.

De repente, no quadro da entrada do Country, aparece a "ficha" do Mowinckel (uma réplica do tradicional "Procura-se" das polícias de todo o mundo): nome, endereço, profissão, pessoas da família, retrato 6 x 9 de Mr. Mowinckel, de cidadania norte-americana que desejava entrar, como sócio, no Clube mais fechado do Brasil. Preço do título: 40 milhões.

Mas, para ser sócio do Country não basta comprar o título. Além da ficha do candidato, exposta à visitação pública, há uma reunião secreta dos conselheiros destinada a examinar o nome do pretendente. O resultado é medido por bolas brancas e pretas. Se o candidato recebe bola preta, adeus. Está condenado a não participar do clube mais fechado do Brasil.

"Em sociedade tudo se sabe" — a epístola de Ibrahim Sued também era levada em alta consideração pelo jornalista João Alberto Leite Barbosa, diretor do Boletim Cambial e membro do Conselho do Country Club.

Agora, passadas as águas, podemos contar a história.

Contando de que:

- a) em sociedade tudo se sabe;
- b) a sociedade circula no Country;
- c) Mowinckel era espião da CIA,

o conselheiro João A. L. Barbosa passou a articular a derrota de Mowinckel. O argumento que João Alberto usava era bastante convincente: nós, do Country, não podemos conversar à vontade, externar nossas opiniões, fazer nossas fofocas, trocar informações confidenciais, quando, à nossa mesa, de ouvido alerta, está um espião consagrado pelo society do Rio. Como sócio do nosso clube, Mowinckel terá direitos. Poderá vir à hora que quiser. Participar de tudo. E nos denunciar a todos. Portanto, trata-se de pessoa indesejável ao nosso convívio diário.

Os demais conselheiros do Country levaram em consideração o argumento de João Alberto. E Mowinckel recebeu duras bolas pretas, para surpresa de muitos, tristeza de alguns e decepção do próprio.

O Country Club, nacionalisticamente, recusara um norte-americano para o seu quadro de sócios, sob a alegação de que se tratava de um estranho personagem envolvido na rede de espionagem da CIA.

### DECLÍNIO

A carreira de Mowinckel, o "espião deslumbrado", no Brasil, chegava ao fim. Não era possível que seus superiores hierárquicos o mantivessem no posto,



depois que o deslumbramento que o envolveu o tivesse levado — à desconfortável posição de recusado, ou expulso, do elegante clube que reúne o material de trabalho dos funcionários dos serviços de inteligência.

O "espião" recebera bola preta. Portanto, sua posição no Brasil era insustentável.

Ou a sociedade, conforme a epístola de Ibrahim, sabia demais — e por isso, através de um dos seus representantes, João Alberto Leite Barbosa, deu um chego pra lá no Mowinckel; ou a sociedade não sabia de nada, e Mowinckel deixaria o posto por incompetência profissional.

Uma bolada preta atirou Mowinckel de volta a Washington.

Antes, um festival de jantares e coquetéis, como é de hábito na sociedade, quando os diplomatas partem de volta.

Mas já naquêle festival de despedidas, ninguém, da sociedade, que sabe ou finge saber, "se abria" para o americano. Todos o olhavam com ares suspeitos, e calavam o bico. Por via da dúvida...

Mowinckel acreditou que em sociedade de tudo se sabe. E se sabia mesmo.

### NA ESQUERDA

Um dia, uma das mais efusivas "bonecas e deslumbradas" da sociedade carioca, informou a Mowinckel que, para ser um espião bem informado, era indispensável que ele desse uma esticada na esquerda festiva e praiana, que se reúne na faixa marítima em frente e à Rua Montenegro, em Ipanema Beach.

Seguindo o conselho da boneca, Mowinckel decidiu investir na festiva esquerdista. Alegava que era preciso andar um pouco na praia, para ajudar a circulação sanguínea (dê) para o bom comporta-

mento das coronárias. Vai daí, Mowinckel passou a, de vez em quando, caminhar pela praia de Ipanema, da sofisticada área do Country até a Montenegro, onde se infiltrava junto aos revolucionários esquerdistas, que ali tramavam (e tramam) a perpetuação do regime brasileiro.

Desta forma, Mowinckel passou a ter duas faces: o espião junto às deslumbradas da sociedade, onde bebia Moët & Chandon; e junto aos revolucionários da esquerda praiana, onde consumia, operária, uma batidinha de limão, servida, com categoria, no Zepelin.

No fim de algum tempo, as agências de espionagem americanas começaram a cobrar do casal Mowinckel o resultado de suas pesquisas neste país em ebulição. Num primeiro relatório, Mowinckel informou que não havia segredos industriais: afinal, todos os produtos que vamos lançar seguem modelos já superados nos Estados Unidos. O CIA ficou, aparentemente, orgulhoso da informação. Num segundo relatório, revelando já um aprofundamento em nossa realidade social, Mowinckel informou que o uísque escocês aqui consumido era falsificado, da garrafa ao líquido. O CIA, uma vez mais, ficou tranquilo pois esse produto não consta da pauta americana de exportações para o nosso País.

O terceiro relatório já era mais secreto, e implicava num trabalho de muitos riscos: quando raptaram o Embaixador Elbrick, Mowinckel apelou para seus amigos da esquerda de Ipanema, mas estes nem sabiam que o Embaixador havia sido raptado. Mowinckel, pressuroso, comunicou que as esquerdas, no Brasil, são compartimentos estanques e concluiu seu relatório com uma frase que fez muito

sucesso no CIA: "Quem não se comunica, se trumbica".

Um quarto relatório foi considerado irrelevante pelos seus superiores, pois versava apenas sobre a Sylvia Amélia Marcondes Ferraz.

O quinto relatório redimiu, em parte, o prestígio dos Mowinckel: ele anunciava as ações que iam experimentar vertiginosa alta especulativa na Bolsa de Valores. Este relatório, dizem, foi que estomagou o João Alberto Leite Barbosa, pois o diretor do Boletim Cambial "Boletim Cambial" jura que Mowinckel apanhou esses dados numa conversa informal no Country Club.

Daí a razão das bolas pretas. Onde o Mowinckel entrou pelo cano foi no sexto relatório, pois pretendia influir na decisão de Nixon de aproximar-se da China comunista.

Com os elementos de que dispunha, Mowinckel considerou a empreitada uma pura perda de tempo e lembrou a frustrada experiência de Jeff Thomas. Seguindo este viajado cronista, Mowinckel informava que a aproximação seria um desastre, quer do ponto de vista das relações comerciais (os chineses não consomem), quer do ponto de vista de outras relações (as chinesas não gostam de ser consumidas).

Por último, já com ordem de transferência, Mowinckel ainda tentou um golpe, anunciando a ida de Paulo Francis aos Estados Unidos; mas quando o fez, o Paulo Francis já estava lá entrevistando as maiores personalidades do Pentágono. Contudo, há quem jure que Mowinckel fez um levantamento completo das tendências políticas no Brasil de hoje. Será?





**Adirson de Barros**

# COMEÇA O DEGÊLO

**Q**UANDO o sr. João Goulart era presidente da República, a embaixada americana no Rio ainda tentava atraí-lo para a órbita democrática e com isso impedir que ele viesse a se engajar numa aventura esquerdizante, como tudo fazia crer.

Assessôres do então presidente armaram uma viagem oficial a Washington, com muita pompa, prestigiada pelas classes conservadoras brasileiras. A comitiva se foi, repleta de jornalistas e líderes políticos.

Decepção de ambos os lados. Nem o governo americano, nem a assessoria não-comunista de Jango conseguiram que ele se entusiasmasse com a idéia de romper os laços com o peleguismo sindical, os esquerdistas e os comunistas — além, é claro, do aventureiro Leonel Brizzola, que desempenhava, no plano federal, a função de cunhado para assuntos da revolução comunista.

O governo americano — vale dizer, o Departamento de Estado e o Pentágono — não tinham (e com razão) confiança ideológica no chefe do governo brasileiro. A situação econômica do País era caótica; não tínhamos créditos no exterior; a inflação exorbitava.

Um dia o povo brasileiro reagiu. Não a favor de Jango, como esperavam os "gênios" do ISEB, os "sociólogos" promovidos pela máquina do PCB; os comunistas que cercavam o presidente no palácio. O povo saiu às ruas e exigiu que a aventura janguista tivesse um paradeiro.

Com o povo nas ruas em passeatas, bradando contra a tentativa de comunização do País, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica decidiram intervir para salvar a democracia brasileira.

O Brasil passou a viver um novo período, de paz política e desenvolvimento econômico com a redução da taxa inflacionária.

Tínhamos no governo um estadista, o marechal Castelo Branco, e na condução da política econômica, um homem avesso à popularidade e à demagogia; um técnico do mais alto nível respeitado internacionalmente: Roberto Campos.

A iniciativa privada foi salva. A democracia foi preservada, ou melhor, reconquistada, pois ela acabara mesmo naquele comício da Central, organizado pelo Partido Comunista com dinheiro das autarquias federais.

Para surpresa de todos nós, brasileiros anticomunistas, o governo americano não compreendia a revolução que estávamos fazendo. Alguns elementos da embaixada americana, despreparados e mal informados, despachavam para Washington notícias infundadas e interpretações recolhidas em contatos que mantinham com pessoas interessadas no retorno à era janguista, ou com os adoradores da inflação.

De 1964 para cá temos travado com a maior nação da Terra algumas batalhas na área econômica, resultado da política de exportação que adotamos e do estágio de desenvolvimento que começamos a alcançar.

Estamos crescendo e é natural que alguns interesses

econômicos internacionais sejam contrariados.

O que não entendíamos era a política estabelecida em Washington, de não-compreensão para o nosso modelo político; a incompreensão de setores do Departamento de Estado e de grupos econômicos para com a revolução brasileira.

Que desejavam eles? Que tivéssemos a mesma democracia americana? Isso não seria possível. Não somos uma superpotência econômica e militar nem temos a formação anglo-saxônica americana. Somos latinos.

Mas a verdade é que salvamos a democracia e a livre-empresa. Fazemos a nossa democracia, ao nosso sabor, para nosso consumo. Não temos o regime ideal — nem os americanos, nem os ingleses o têm. O ideal é a utopia.

Temos, sim, uma guerra revolucionária dentro do nosso país — como de resto em todo o continente — e por isso mesmo mantemos o sistema revolucionário vivo e pronto para desencadear ações militares capazes de neutralizar e derrotar o inimigo. A América tem outros problemas e sabe como resolvê-los, no estilo americano.

Afinal, faz-se a luz.

Começa o degêlo entre a Revolução brasileira até aqui não totalmente compreendida pelo liberalismo americano e o governo de Washington, hoje dirigido por um dos mais competentes políticos que já ocuparam a Casa Branca, Richard Nixon.

Os dois maiores estadistas americanos vão conversar e se entender no dia 7

de dezembro, em Washington. Nós precisamos da América; a América precisa de nós.

O Presidente Medici vai chegar em Washington com a autoridade de chefe de um governo democrático, que vem criando raízes populares pelas medidas sociais adotadas e pela própria imagem pessoal do governante.

O Presidente Medici dialogará com Nixon com a autoridade de quem soube vencer a subversão comunista organizada, melhorar a nossa imagem externa e manter uma política econômica que vem produzindo os melhores frutos.

O Presidente Medici poderá dizer a Nixon o que a Revolução ainda não tinha dito. E dirá pessoalmente, sem os intermediários que nem sempre têm condições psicológicas e políticas para informar a verdade.

Nixon vai conhecer um homem sereno e sério que governa uma Nação de 90 milhões, com um alto índice de desenvolvimento e uma inflação em desespero, porque tende a morrer. Uma Nação que pode oferecer aos investidores estrangeiros estabilidade política; estabilidade econômica e garantia de que jamais seremos um povo submetido a interesses de outras Nações e muito menos amarrados a um nacionalismo estéril ou a tentativas de esquerdização.

Nixon reconheceu que era a hora do degêlo total. A hora do entendimento entre os dois gigantes da América. Vamos a êle. Não de chapéu na mão. Mas de mão estendida para cumprimentar o amigo, de igual para igual.



**GEISEL EM BRASÍLIA**

*O Ministro do Exército, general Orlando Geisel, levará todo o seu Ministério para Brasília, até fins de março próximo. No Rio ficará apenas um escalão recuado, uma espécie de gabinete destinado a tratar de assuntos de interesse do Exército na Guanabara e junto às repartições federais que aqui permanecerem.*



**ARRAES CHEFÃO DO PC**

*O sr. Miguel Arraes de Alencar é um dos novos chefões do Partido Comunista do Brasil.*

*Quando político em Pernambuco (deputado, prefeito do Recife, governador do Estado), Arraes sempre negou ser comunista, embora não pudesse esconder suas íntimas ligações com os comunistas.*

*No seu doce exílio de Argel, onde é tratado como chefe de Estado, Arraes acaba de ser designado para a alta cúpula do PCB. Se visse no Brasil, ou tivesse a audácia de retornar, Arraes seria provavelmente o substituto natural de Prestes, reduzido, hoje, a uma lenda e nada mais.*

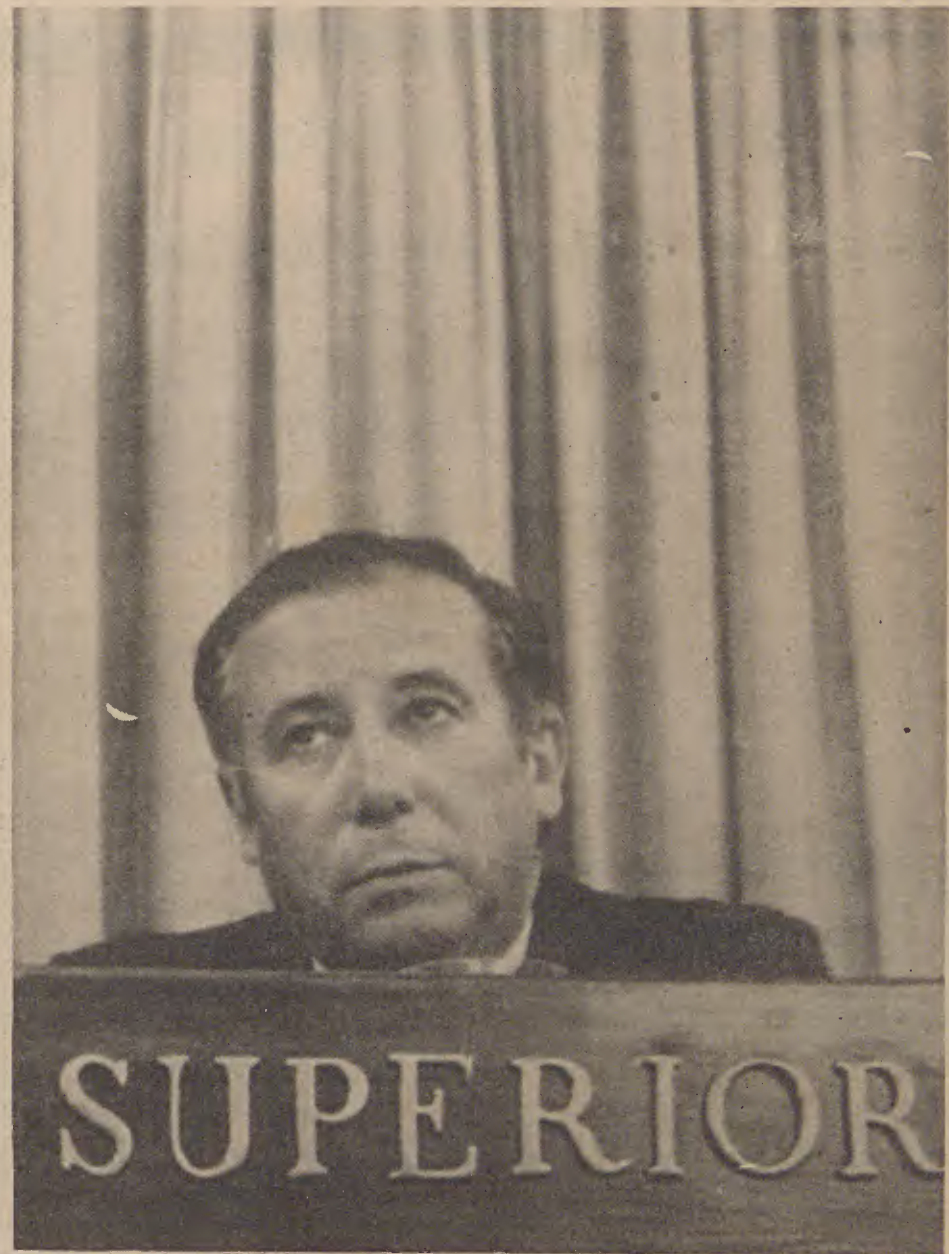


Oliveira

Bastos

QUE O PROBLEMA DA REFORMA AGRÁRIA LEVAVA, NOS IDOS DE MARÇO, POUCA CONVICÇÃO E NENHUMA DETERMINAÇÃO, PODE SER DEDUZIDA DA SEGUINTE PIADA QUE ENTÃO CIRCULAVA: LÍDERES RURAIS EM PÂNICO PROCURARAM O PRESIDENTE JOÃO GOULART EM BUSCA DE DUAS PALAVRAS QUE OS TRANQUILIZASSEM. JANGO, GRANDE COMPRADOR DE TERRAS RESPONDEU: "QUEREM VENDER?"

# ROBERTO CAMPOS



# LÍDER

# CAMPONÊS

**E**M 1963, um ano antes da queda de Goulart, a necessidade e a urgência da reforma agrária pareciam ter conquistado todas as áreas da opinião pública, com exceção de um núcleo expressivo de deputados e senadores por Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Os grandes centros urbanos já estavam atormentados pela escassez de gêneros alimentícios e havia filas para tudo: carne, arroz, feijão, açúcar, etc. Se as esquerdas exploravam a situação, acusando a obsoleta estrutura agrária, também era

certo que até os americanos, por via da "Aliança para o Progresso", reclamavam a reforma como exigência do crescimento do mercado interno... para seus produtos. O governo, por seu lado, grudava-se à desculpa das resistências à reforma para justificar parte de seu fracasso com o custo de vida e o decréscimo de produção.

A reforma, entretanto, emperava num artigo da Constituição que estabelecia o pagamento prévio das desapropriações em dinheiro e por seu justo preço. Como não era

elegante, nem política a defesa dos grandes latifúndios improdutivos, os que se opunham à reforma simplesmente transferiram o campo de discussão para a intocabilidade da Constituição. Davam a entender, com isso, que defendiam princípios e não terras. A batalha pela reforma agrária tornou-se, então, uma batalha de ardís legislativos.

Foi nessa ocasião que o ex-primeiro ministro Tancredo Neves, tendo por base uma proposta de emenda constitucional de Oliveira Brito, tentou eliminar as resistên-

cias dentro do PSD, como um esforço para diminuir as tensões entre o Executivo e o Legislativo. Marcouse uma reunião das bancadas do PSD nas duas Casas do Congresso. Anos depois, relatando a inutilidade de seu esforço, o deputado Tancredo Neves contava que, ao assomar à tribuna para defender a conveniência da emenda Oliveira Brito, teve logo o seu primeiro constrangimento — é que na primeira fila de cadeiras, segundo ele, estavam sentados mais de 300 mil hectares de terra. Um verdadeiro latifúndio legislativo.



EMBORA O ESTATUTO DA TERRA FOSSE O INSTRUMENTO LEGAL HÁBIL PARA A REFORMA AGRÁRIA, POUCOS SE ILUDIRAM SOBRE A VIABILIDADE DA MESMA QUANDO TOMARAM CONHECIMENTO DO EXTENSO E COMPLICADO FORMULÁRIO EXPEDIDO PELO IBRA PARA O CADASTRO DOS PROPRIETÁRIOS RURAIS. CONTA-SE QUE FRANCISCO CAMPOS, FAZENDEIRO, ESCOLHEU UM FIM-DE-SEMANA PARA PREENCHER O FORMULÁRIO E NÃO CONSEGUIU.

Roberto Campos  
Líder camponês

## Reformas fizeram o capitalismo refluir ao seu bêrço esplendido de antes

Sem nenhuma das motivações ideológicas que caracterizaram o tratamento do problema durante todo o período Goulart, e como parte do esforço para fazer o capitalismo refluir a seu bêrço esplêndido, o governo Castelo Branco programou duas reformas complementares: a urbana, que decorreria do Plano Nacional de Habitação, e a agrária, consubstanciada no Estatuto da Terra. Pela primeira, se ativar a indústria de construção, se ocuparia parcela considerável da mão-de-obra não qualificada e se atenderia ao grave problema social

do deficit crônico de moradias. Pela segunda, se criariam os mecanismos necessários à rigorosa taxaço das grandes áreas de terra improdutivas, se definiriam as áreas prioritárias para desapropriação e colonização e se removeriam os obstáculos constitucionais ao pagamento das terras desapropriadas.

As duas reformas, como estavam propostas no papel, repousavam no instituto da correção monetária. A reforma urbana, por sustentar o capital investido na construção da casa própria; e a reforma agrária, por garantir o valor das indenizações feitas em títulos da dívida pública.

Nem a definição de áreas prioritárias para desapropriação, nem a garantia de que as indenizações seriam protegidas contra a desvalorização da moeda, nem o esforço do governo para manter a discussão em termos técnicos, longe de qualquer passionalismo, foram suficientes para dar à proposta do governo um trânsito fácil no Congresso.

### A REAÇÃO

O documento elaborado pela equipe de Roberto Campos, apenas divulgado, passou a merecer críticas contundentes dentro e fora do Congresso. Houve quem achasse a intenção do governo mais radical e até mesmo mais demagógica do que as apreoadas pela SUPRA.

A taxaço progressiva segundo a exploração, a localização e a extensão das terras foi considerada um ato confiscatório. O então deputado Último de Carvalho, que só na região do Araçuaia dispunha de mais de 10 mil hectares, sem contar sua extensa fazenda em Minas, foi categórico: achava que a revolução se rendera aos "slogans" demagógicos e que abjurara de seus propósitos "democráticos".

Com a autoridade de quem denunciara, na Escola Superior de Guerra, a existência de um estado de guerra revolucionária no Brasil e se expusera a tôda sorte de difamações e incompreensões, naqueles idos de março, o deputado Bilac Pinto assumiu a liderança da oposição legislativa ao Estatuto da Terra.

Colocado diante dessa reação inesperada o governo resolveu publicar o documento, na íntegra, em todos os jornais e oferecer um prazo para que as lideranças políticas e rurais apresentassem sugestões. Foi quando começou a tentativa de desfiguração do projeto inicial do governo.

### OPÇÃO POLÍTICA

Vendo que seu projeto, ao impacto das sucessivas reuniões com líderes políticos e rurais, corria o risco de tornar-se inútil e que não havia meios de conter o estouro da boiada dentro da bancada que apoiava, no Congresso, o governo, Roberto Campos compreendeu, ou pelo menos admitiu, que se tratava de uma opção política. Para conciliar as concessões que o próprio presidente da República recomendava com as intenções iniciais do projeto, Roberto Campo valeu-se de San Thiago, então marginalizado, mas salvo (ou perdido) da orgia de punições pela revelação dolorosa da doença que o vitimaria meses depois.

Já muito abatido, mas permanentemente lúcido, San Thiago recosturou o texto, escondeu em certas dobras verbais certas lâminas afiadas e preparou o barco para a longa travessia legislativa. Creio ser esta a primeira vez que se divulga a colaboração de San Thiago Dantas ao governo de Castelo. Mas não foi esta, tenho certeza, a única nem a última vez que o consultaram.

Mas não ficou nisso o esforço de Campos para salvar o seu projeto. Sua assessoria em Brasília abriu-se para um entendimento franco com a bancada do PTB, no Congresso, que queria o projeto aprovado na sua redação inicial. O deputado Cid Carvalho, depois cassado, tornara-se o mais entusiasta defensor do texto de Roberto Campos, o que, considerando a sua passagem pela extinta Frente Parlamentar Nacionalista, chegava para justificar as apreensões de Bilac Pinto e de Último de Carvalho em relação à natureza da reforma agrária que se postulava.

O PTB justificava sua posição de colaboração com o governo e, sobretudo, com o ministro a quem mais criticava, com a aprovação de três pontos considerados básicos na proposição em debate: 1) retirada do legislativo (onde se concentrava a reação latifundiária) das decisões sobre desapropriações de terras; o projeto dava ao Executivo poderes

de fazer a reforma agrária que quisesse (se até hoje, ainda não quis, não é por falta de instrumento legal); 2) Eliminava o fantasma da indenização prévia em dinheiro, num momento em que os títulos da dívida pública ainda não gozavam do prestígio que depois desfrutariam e 3) impedia, pela taxaço progressiva, a concentração de terras para fins especulativos.

A história de colaboração da assessoria de Campos com o PTB, nesse episódio, mostrou que o legislativo poderia aprofundar-se no debate e no exame dos grandes problemas nacionais, se não lhe faltasse a assessoria de que dispõe o Executivo. A equipe de Campos havia feito um levantamento completo dos critérios e dos resultados das reformas agrárias operadas em diferentes épocas por diversos países, de modo a identificar os pontos de estrangulamento que prejudicaram outros empreendimentos semelhantes.

Essa massa de informações e de dados estatísticos foi posta à disposição do PTB, pelo próprio governo. Em compensação foi o PTB, em péso, que completou o número de votos necessários à aprovação da mensagem governamental. Mas antes dessa aprovação, uma grande batalha seria travada. Talvez a penúltima grande batalha legislativa em que se empenhou o governo, desde 1964. Depois dessa, houve o caso Márcio Moreira Alves, mas já numa atmosfera de conflito pouco parlamentar.

### NO NORDESTE

Um mês antes da votação do projeto, Roberto Campos foi convocado para debater o Estatuto da Terra na Comissão Mista (Senado e Câmara) criada para o estudo e encaminhamento de emendas. Como Bilac Pinto era a voz mais forte e mais prestigiada dessa Comissão e como assumira a responsabilidade de condenar publicamente a mensagem presidencial, a ida de Campos ao Congresso era o teste decisivo para somar ou alienar votos, dentro da bancada governista. Antes de ir à Brasília, Campos aceitou um convite das classes produtoras de Pernambuco para ir ao Recife debater a situação econômica nacional. Não sei porque, os empresários pernambucanos retiraram da agenda o exame do projeto de reforma agrária. Delicadezas.





## Roberto Campos Líder camponês



POLITIKA

11

eu vi

# Juro que vi Roberto Campos na cidade do Cabo exigindo justiça social para o povo

Foi nessa ocasião que alguns assessôres de Campos julgaram que o ministro precisava de um pouco de paixão para defender melhor o Estatuto da Terra. Até então ele se limitara a tratar do problema com a frieza de quem expõe ou desenvolve uma equação algébrica. Faltava paisagem no Estatuto da Terra e sobretudo faltava a dolorosa consciência das angústias que o problema da terra colocava. A revelia de Campos, mas com plena concordância de Edmar de Souza, seu assessor mais íntimo, foi programado um encontro do ministro com o Pe. Melo e os camponeses da Cidade do Cabo.

O Pe. Melo, sabia-se, era favorável ao texto primitivo e já vinha contornando crises com a simples promessa de que a nova lei, em estudos, atenderia aos interesses dos trabalhadores rurais. Acho que o Pe. Melo evoluiu, desde então, para uma posição de desencanto com a política agrária da revolução, mas isso não invalida a sua compreensão de que os remédios estavam (como continuam estando) legamente equacionados no Estatuto da Terra. Recebeu, portanto, com entusiasmo a idéia de um debate com Campos, assistido pelos camponeses do Cabo.

Ficou decidido que o Pe. deslocaria uns 200 camponeses para a capital e que Campos iria ao seu encontro logo que terminasse a reunião com as classes produtoras. Assisti a esse encontro, único, talvez, na vida de Roberto Campos.

Ele entrou no amplo salão meio assustado e ninguém achou necessário bater palmas. Talvez por esper-teza, o Pe. Melo fez questão de mostrar que aquela gente não tinha roupa domingueira. Eram expressões rudes, sofridas, melhor dizendo, maltratadas. E não havia, no grupo, um só cuja roupa não carecesse de remendos ou lavagem. E não eram apenas homens: muitas mulheres e crianças, igualmente castigadas pelo infortúnio, davam ao auditório o ar de um ex-voto coletivo. Era visível, no rosto de Campos, a dificuldade de encontrar um tom certo para aquele diálogo. Mas o Pe.

Melo, com o seu arsenal de truques, estava ali.

Com aquele misto de ar cínico e piedoso que o torna fascinante para os burgueses e para os homens do campo — a sua arma de envolvimento pessoal — o Pe. Melo apenas deixou que o ministro sentasse e começou a falar. Disse que havia analisado com atenção o projeto inicial do governo, que estava solidário com o que se propunha, mas que acompanhava também o esforço da reação (o Pe. Melo, para evitar mão-de-obra, usa o mesmo jargão das esquerdas) para neutralizar os aspectos positivos da mensagem presidencial.

“Nós não podemos, sr. ministro, competir com essa gente. Eles têm os jornais, as estações de rádio e televisão para defender seus interesses. Nós só temos o nosso sofrimento. Como eu sei que a voz desta gente não consegue chegar aos altos escalões do governo, o sr. vai ouvir, aqui, não o que essa gente pensa, mas o que essa gente sofre, o que essa gente passa. Quando o sr. sair daqui não vai pensar no que o Pe. Melo disse, mas no que o sr. viu e escutou dessa gente.”

Depois, chamando as pessoas pelo nome foi pedindo que cada uma contasse, resumidamente, a história de sua vida e o seu problema no momento (teria treinado? as histórias seriam verdadeiras? Talvez as verdadeiras, se contadas, fossem piores, mais dolorosas). Um aluvião de desgraças, de martírios, foi desabando sobre o ministro, sobre o poderoso mas atônito ministro de Castelo. Um velho, curvado e de fala trôpega contou que morava há 18 anos no sítio de um compadre, para quem trabalhava de meia.

Tivera 12 filhos, dos quais apenas 5 estavam vivos. Sua mulher, a cada criança que nascia, plantava uma árvore frutífera, uma laranjeira, um abacateiro, e assim por diante. Embora muitos filhos tivessem morrido, as árvores estavam ali, recebendo carinho e dando frutos, como acontece entre pais e filhos. Agora, entretanto, o compadre precisava vender o sítio, ele reconhecia

que o compadre enfrentava dificuldades, mas a pessoa interessada na compra exigia, antes, a retirada dos que moravam lá.

“Eu sei, ministro que o compadre não pode agüentar mais, mas eu não tenho para onde ir e mesmo que tivesse não poderia deixar as árvores dos nossos filhos, abandonadas”. Roberto Campos (duvide quem quiser) fazia esforços para não chorar. Outras histórias, ainda mais tristes, embora sem a beleza dessa, foram sendo narradas. Uma tensão insuportável no ambiente. Até que o Pe. Melo, como golpe final, pediu que uma tal de Belarmina se levantasse e falasse. Levantar, ela levantou, mas não conseguiu falar. Um pranto convulsivo explodiu ali mesmo e crescia à medida que a mulher tentava sufocá-lo para falar. Em volta dela outras pessoas começaram a chorar, a uivar em desespero. Vários assessôres de Campos se emocionaram e o próprio ministro, contraído, nervoso, já não podia esconder que estava arrasado. Então, como para neutralizar o sofrimento, ele se ergueu lentamente e ficou em pé, parado, com uma expressão completamente estupidificada.

Mas quando começou a falar, não era um técnico, ah! isso eu juro, não era um ministro, não era um economista. Era um perfeito agitador, exigindo em nome daquela gente, para aquela gente ouvir, uma paradedeira nas negociações com a reação, um ponto final nas concessões. Confiassem no governo, porque a revolução não viera para perpetuar privilégios (os privilegiados, evidentemente, não tomaram conhecimento desse discurso subversivo de Campos). Confiassem.

### No Congresso

Na manhã seguinte, Campos tomou um avião para Brasília. Ia encontrar-se, à tarde, com a banda de música de Bilac Pinto, convocado pela Comissão Mista do Congresso.

Bilac armara toda a sua argumentação com base no livro de um alemão, Fritz Bade, cuja tradução francesa chegara ao Brasil poucos meses antes. Não era um ensaio sobre reforma agrária, e muito menos um estudo sobre problemas agrários

brasileiros. Tratava-se de um estudo acadêmico, abstrato, sobre o comportamento das populações face ao duplo desafio da industrialização e da urbanização.

De Fritz Bade em punho, Bilac acusava o projeto do governo de ignorar a tendência universal de transferência de mão-de-obra do campo para as cidades sem o que seria inútil ou impossível o esforço para a industrialização. A esse argumento, que era o carro-chefe de Bilac Pinto, Roberto Campos respondeu com o massacre dos mendigos do Rio da Guarda. Admitia ele que existe uma crescente transferência de mão-de-obra do campo para as cidades, mas que isso não justificava o abandono do campo, como se fosse preciso tanger essa gente para os grandes centros urbanos pelo sofrimento e pela fome. Além do mais, a própria indústria, para crescer e abrigar a mão-de-obra disponível nos centros urbanos, precisava de mercado no campo, precisava de matéria-prima do campo. “A prevalecer o ponto de vista do ilustre deputado Bilac Pinto, teríamos uma concentração monstruosa de mendigos nas cidades e não haveria Rio da Guarda que suportasse tamanho despejo de indigentes”.

A partir daí, cada objeção levantada por Bilac Pinto era arrasada por Campos, com uma superioridade intelectual esmagadora. A horas tantas, Campos tripudiava dos argumentos de Bilac e alguns de seus assessôres, como Assis Ribeiro, explodiam em sonoras gargalhadas. O presidente da Comissão ameaçou retirar da sala os que estavam faltando com o respeito que o ambiente exigia e que a seriedade do deputado Bilac Pinto merecia. Mesmo assim o massacre continuou.

Para os que se surpreenderam com a raiva, o furor e o sarcasmo colocados em cada resposta de Roberto Campos a seu companheiro de revolução, Bilac Pinto, eu dou, agora, esta explicação. Campos ainda estava dopado com a miséria dos camponeses do Pe. Melo. Quem respondeu a Bilac Pinto foi o Julião da ciência econômica. Ou, se preferirem, o Roberto Campos das Ligas Camponesas.



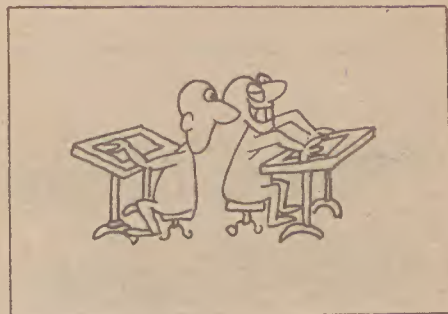


## Siderurgia em mãos erradas

De acôrdo com os melhores técnicos no assunto, de nível internacional, o Plano Siderúrgico Nacional, elaborado por um desconhecido engenheiro do Ministério da Indústria e Comércio, apresenta falhas gritantes de planejamento e financiamento e não corresponderá, de forma alguma, aos ambiciosos planos do Governo Medici no setor.

Segundo êsses técnicos de reputação internacional, o nosso Plano foi copiado do plano siderúrgico japonês de 1945, hoje inteiramente superado. E os financiamentos não chegam para atender nem vinte por cento da tonelagem fartamente anunciada.

Em suma: um plano dessa envergadura não pode ser tratado por um bisonho técnico. É um assunto muito importante para ser situado em nível inferior.



## Nina que não é Chaves

O deputado Nina Ribeiro surpreendeu seus companheiros quando, numa reunião no Palácio Tiradentes, lançou-se candidato à presidência da Arena carioca. Todos ficaram estupefatos.

## Sparring



Havia uma crise política no País (JK).

Carlos Castelo Branco, tio querido aqui da POLITIKA, chamou o redator, no "Diário Carioca", e mandou fazer um artigo violento contra Fidel Castro:

— Dizendo o quê?

— Sei lá? Qualquer coisa. Jornal governista, em momento de crise, tem que pegar alguém para atacar. É melhor um lá de fora.

## PAPEL HIGIÊNICO BREVEMENTE NÃO TERÁ SERVENTIA

A Campanha de Defesa da Economia Popular, que se reúne periodicamente na SUNAB para defender os preços "para cima", em uma de suas últimas tertúlias se ocupou do arroz, margarina, extrato de tomate e, inclusive, do papel higiênico, mais êste muito brevemente cairá em desuso. A natureza explica que o que não se usa se atrofia.



## Um convite por favor

O subdesenvolvimento social do Brasil é um fato. Basta verificar a festa dos 2.500 anos do Irã. A verdade é que nenhum casal da sociedade brasileira foi convidado para a festança. Mas dezenas dêles caíram em cima do ex-embaixador Hugo Gouthier (sabidamente amigo do Xainxá da Pérsia), em Paris, tentando obter um convite-penetra. Tais casais ignoram que, nos países mais adiantados, ou em solenidades governamentais, os convites são individuais. Portanto, o Hugo Gouthier não poderia dispor de dezenas de convites para distribuir entre o pessoal do café-society brasileiro.

O resultado disso tudo é que alguns brasileiros ficaram aqui, mui frustrados, por não terem sido contemplados com um convite do Xainxá persa e Sua Sereníssima Farah Dibha. Outros, mais afoitos, mandaram-se para a Europa e retornaram humildemente, sem comer o caviar do mar Cáspio e a champanha do Maxim's, de Paris, generosamente oferecida aos convivas do govêrno persa.

A "boneca" Carmem Mairink Veiga, por exemplo, foi a Paris, escolheu o melhor vestido no Valenti-

no, atropelou o Gouthier, e nada. Não chegou às suas lindas mãos o esperado convite. Na véspera da festa, Carmem pretextou uma doença e, por não confiar na medicina européia, regressou à Pátria — invicta.

E para demonstrar mais cabalmente o nosso grau de desenvolvimento social, o representante do Brasil na festa do Irã foi o senador Petrônio Portela, egresso do Piauí.

## Questão de pronome

Desabafo do deputado Francisco Pinto (MDB—Bahia), nota 10 na Câmara: — "O govêrno está na dêle. Nós é que não podemos estar na nossa".

## A automação



Reinaldo Jardim, homem de mil faces, inclusive a própria que ninguém vê porque fica atrás da barba, foi chamado para reformular o esquema radiofônico da Radio Mundial, logo depois que o sr. Roberto Marinho a comprou de Alziro Zarur.

Uma semana depois, os corredores já estavam cheios de radialistas desesperados: demissão em massa. Reinaldo tinha chegado à conclusão de que, na era da eletrônica, lugar de gen-

te é na praia. Ou em Friburgo. Rádio tinha que ser feito com automação. Esse negócio de locutor dentro da cabina, falando, já era. Chamou Jorge da Silva, e gravou tudo. Depois, era pôr a fita e a Mundial ia para o ar. Na base da automação.

Começou a onda. Gente pedindo para não ser despedida, outros chorando as misérias do desemprego, amigos acionados para levarem apelos a Reinaldo, que não queria saber de nada:

— É a automação. É a automação. O mundo é da automação. E tanto mais ligeiro falava, tanto mais rápido demitia. Saiu todo mundo. Só ficou Reinaldo. E a tesouraria, evidentemente.

Uma tarde, Reinaldo aparece em frente ao Edifício Avenida Central em plena hora de expediente. Alberto Silva, crítico de cinema e redator demitido da Mundial pela automação, levou um susto:

— Você aqui, Reinaldo? Deixou a Mundial? O que é que houve?

— Automação, meu caro. Automação.

## Passarinho na muda



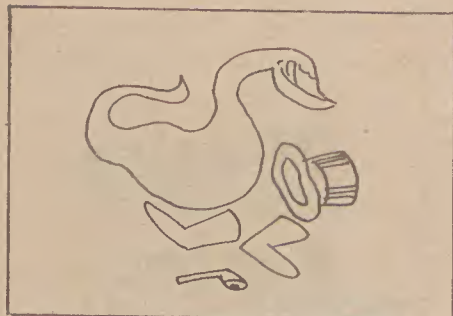
O ministro Jarbas Passarinho deve estar na muda. Pelo menos está mudo e já há bastante tempo. Não é para menos. O seu trabalho, à frente do Ministério da Educação — que é excelente — não obtém dos órgãos de divulgação do govêrno o tratamento que merece. Ainda por cima, não é nada cômoda a posição de sua liderança política no Pará, que começa a receber as primeiras contestações dentro da própria Arena. Assim não há Passarinho que agüente.

## A rua tortuosa

José Amádio voltou às páginas de "O Cruzeiro". Uma das melhores figuras humanas deste país, o que é um escândalo numa hora em que a maioria das pessoas prefere esconder (ou eliminar) as suas melhores qualidades humanas. Então o José Amádio, quando escreve, se dedica a uma pesquisa árdua, melindrosa, que consiste em procurar o lado bom das pessoas, mesmo que o pesquisado seja um crápula. É bom ter o José Amádio na paisagem. De sua primeira reportagem, nesse retorno, guardamos uma informação preciosa: existe, em Petrópolis, uma "rua íngreme, tortuosa, escorregadia e curvilínea" chamada "Flávio Cavalcanti". Nunca uma rua refletiu tanto o padrinho.







## Realidade Amazônica

A revista Realidade levou meses pesquisando a Amazônia, para, afinal, publicar um grosso volume de reportagens que, lidas com atenção, mostra que a Amazônia é quase inviável.

Um exemplo: um bilionário americano, sózinho, detém um milhão e meio de hectares (um pedacinho da Amazônia) mas que representa mais da metade da civilizada Holanda. Planta arroz, extrai minérios, corta madeira, etc. Suas inversões na Amazônia montam a 300 milhões de dólares, ou seja, mais ou menos o

que o Brasil obteve das agências internacionais de crédito para a expansão do setor siderúrgico.

E tudo isso não é nada na Amazônia. Ela pode consumir todo o dinheiro (e ouro) do mundo; toda a mão de obra; todos os nordestinos e bandeirantes da nova geração. E ainda será pouquíssimo.

Conquistar a Lua, e ocupá-la, é fácil. Basta um astronauta e um ajudante.

Quero ver (é o que diz a Realidade) é a Amazônia.

## Brasília e marcas



A TV americana está lançando um novo produto brasileiro no mercado de Tio Sam: o café solúvel Brasília, fabricado em Londrina pela Cacique do sr. Horácio Coimbra.

Ocorre que, aqui, o solúvel Brasília fica em Minas e pertence ao sr. Rui Barreto.

E agora?

## Bom-bril

O senador Rui Rousseau Santos (ARENA-BAHIA) lançou a nova "Teoria dos Três Podêres", ou melhor a Teoria dos Três Executivos. É simples, como tudo que se destina a entrar na história da subserviência. Está nas fôlhas:

— "As 63 emendas apresentadas pelo Congresso ao Plano Nacional de Desenvolvimento não poderão ser consideradas nem mesmo como sugestão ao Executivo. Um Poder não diz ao outro o que ele deve fazer. A sugestão fere a interdependência que deve haver entre os Podêres. O PND deve ser aprovado sem modificações".

São homens como o senador Rui Rousseau Santos que dão contribuições definitivas à linguagem.

Depois dessa, não se pode mais falar em puxa-saco. Como Bom-Bril, éle alisa e conserva.

## Devolve, doutor



A tese é do senador Tarso Dutra (o melhor ministro da Educação que o Brasil não teve):

— "Neste momento, os políticos devem cruzar os braços para não atrapalhar". Quer dizer: ir para casa dormir, que o trânsito oficial está precisando de rua livre.

Só que, para cruzar os braços, o País paga todo mês 7 milhões e meio e mais as viagens do ilustre ex-futuro bom ministro. Doutor Tarso deve ter aprendido que dinheiro sem trabalho ou vem de herança ou é indébito. Ora, o País não é vovôzinho para ficar deixando herança a senador. Logo, doutor Tarso não tem como justificar 7 milhões e meio mensais apenas para cruzar os braços.

Nesse caso, devolva o dinheiro, doutor!

## City liberal



O City bank, em anúncio lamenta informar que para ser livre você precisa de dinheiro". Ora muito bem. Desde o começo do mundo a liberdade é apontada como o mais sagrado de todos os direitos. Tanto que, para conquistá-la, vale tudo.

Agora, com o conselho do "Citybank", a gente fica informado de que, para ser livre, qualquer um tem o sagrado direito de exigir do "Citybank" a distribuição do dinheiro dêle. Ou distribuir no peito, se ele não quiser fazê-lo generosamente. Afinal de contas, a liberdade-merece. Ou não merece, mjster City?

## Pode ir, ainda

Frase é como calo: quanto mais incomoda mais dura. O presidente Medici, na Escola Superior de Guerra, jogou uma sôbre o povo e a economia nacional, que ainda hoje está aí arrancando cabelo de muito assessor do primeiro time.

Esta semana, "os adversários da política econômico-financeira do governo" foram acusa-

do públicamente de "omitirem o ainda" da frase do presidente — "A economia vai bem, mas o povo ainda vai mal" — "dando à frase o sentido de que o presidente consideraria a política-econômico-financeira algo anti-popular".

Vamos pôr o ainda na frase, está certo. Mas vamos também tirar aquele vai, em nome da verdade histórica.

Nunca existiu. A frase corre Brasil assim — "A economia vai bem mas o povo vai mal". Mas, na verdade, o que está no discurso do Presidente, sem o copy-desk da área econômico-financeira, é exatamente isto:

— "A economia pode ir bem, mas o povo ainda vai mal".

## POLITIKA

A revista vai de Manóvito. "Marcelo Oscar Pedrosa Neto" Não era Ali. Era Siquero Campos, com o cartão de Identidade 010 (Página 19, 20 e 21)

## DIREITA INVENTOU ESQUERDA

Testemunho político de San Thiago Dantas

OS RICOS QUERIAM MARINES Oliveira Bastos - Sebastião Nery Adirson de Barros - Hélio Duque

Vários jornais europeus estão registrando o aparecimento de "POLITIKA" como um sinal positivo de abertura do regime brasileiro. Acentuam que, desde 1964, é a primeira publicação política que se edita no país. Enfim, noticiam o evento com tôdas as características de quem vê a nossa imagem melhorada. "POLITIKA" é assim: basta existir para ajudar.

## Prêmio político

Até que enfim foi dado o prêmio Nobel a Neruda. Dizemos "até que enfim" porque é notório que somente a posição política de Neruda o impedia de receber esse prêmio. Talvez receio de que a famosa distinção fosse mal interpretada pelo governo chileno. Porque, como poeta, ninguém no mundo e especialmente na América Latina ignora que Neruda é dos maiores de nosso tempo. E o melhor de sua

poesia não é a de caráter político, coisa que éle próprio reconhece. Mas como agora Neruda é até Embaixador de seu país, ficou mais fácil conciliar o prêmio com a repercussão nacional no Chile. O espírito sopra onde quer, diz o Antigo Testamento. É o que acontece com o "espírito político" de certos prêmios literários.

Tirado Neruda da lista de espera, só nos resta, agora, esperar o prêmio para Carlos Drummond de Andrade. Um Nobel que também já virá tarde.

## Intenção na caminha

"A Direção não importa o estado civil nem a intenção dos casais ou pares que estejam hospedados".

Estas palavras estão na porta dos apartamentos de um luxuoso motel do Rio, bem freqüentado e caro.

Trata-se de uma não-advertência.

Que deveria servir de exemplo a todos os hotéis do País, a maioria dos quais, por incrível que pareça, ainda exigem dos hóspedes a famosa certidão de casamento num País onde o desquite ganha terreno do casamento.

E os turistas estrangeiros?

O motel da não-advertência opera de forma civilizada. Não quer saber se seus hóspedes são casados de papel passado, se são amantes, se são namoradinhos. Nem a intenção que tenham ao se hospedar ali.

No momento em que entram num apartamento de hotel, os hóspedes são proprietários, por tempo determinado, daquele local. E o apartamento é inviolável, exceto nos casos previstos em lei — flagrante de adultério, por exemplo.

A Direção do hotel não tem nada com isso.

Como ela pode descobrir a intenção de um casal de hóspedes? Talvez o casal queira, mesmo, dormir em paz.

## A irmãzinha

A chamada Ala-Jovem da ARENA, no Congresso, chama o líder de Geraldo Freira: — "Tem a cabeça tapada. Por dentro".





Oliveira Bastos

# Cada um na sua dá menos galho

"Um lance de dados jamais abolirá o acaso." Esta frase serviu de espinha dorsal para o famoso poema do mais difícil Mallarmé. A tese, submetida à prática, revela que o discurso diz sempre mais do que a gente pretende. Cada palavra flutua num campo semântico cujos limites coincidem com os da nossa experiência. Daí que toda frase, considerada na sua totalidade, se transforme numa "constelação" de situações verbais impossível de controle ou de ordenamento linear.

Eu confesso - e espero que essa confidência não destrua o meu crédito bancário - que já procurei dezenas de vezes esse poema de Mallarmé (cuja leitura recomendo aos técnicos da AERP), sob motivações e em circunstâncias as mais diversas. Tenho, porisso mesmo, dezenas de interpretações dessa obra, sem que nenhuma delas exclua as outras e sem que todas, juntas, esgotem o manancial de veredas abertas por Mallarmé. Mas digamos, por um momento, que este seja o poema da frustração. Para quem conheceu e explorou, como poucos, a reverberação das palavras e tentou depois controlar a órbita de cada vocábulo, há de ter surgido como uma desoladora surpresa a convicção de que não existe contradição mais profunda do que entre os rumos fixos da sintaxe e a explosão caprichosa dos significados verbais. Ele quis, então, provar que a sintaxe mais próxima e mais digna da realidade, deveria possuir uma estrutura aberta, assim como uma "constelação".

- Se isto vale para a linguagem verbal, o que pensar, então, da sintaxe do poder?

## O ACASO

A atividade política é, de todas, aquela em que o acaso lança os próprios dados. Vou dar um exemplo.

O Palácio Guanabara fervilhava de gente quando anunciaram que o Ministro da Justiça, Oscar Pedrosa Horta, desejava falar com o governador, pelo telefone. Era para dar a notícia da renúncia de Jânio Quadros. O diálogo, curto, nervoso, todo mundo já conhece. O que nunca se contou foi a reação imediata de Carlos Lacerda. Pois vai aqui. Ele largou o telefone com um ar de assombro e de perplexidade. Começou a ficar pálido. Menos de um minuto, contudo, ele se recobrava e pedia papel. Queria escrever. E, de fato, começou a escrever. Sabem o quê? Uma proclamação ao País, pedindo serenidade ao povo, e exortando o Congresso e as Forças Armadas a respeitarem a Constituição

e darem posse imediata ao vice-presidente João Goulart. Nisso que escrevia, irrompe em seu gabinete, já sabendo da renúncia de Jânio, o seu então inseparável amigo Aloísio Alves. Perguntou o que Lacerda pretendia fazer. Foi informado da proclamação. Aloísio, nervoso, disse apenas: "E o que é que você tem com isso?" A partir dessa interrogação, outros amigos de Lacerda, presente, criando coragem começaram a opinar no sentido de que ele não devia, nem podia defender a posse de Jango. Ficasse calado, recolhido a seu canto, então. Meia hora depois, Lacerda já comandava, pelo telefone, e aos berros, o esquema da antiposse. Como diz o Nery - é um gênio da raça.

## O PROCESSO

Disseram:

- Vocês "pasteurizam" a política.

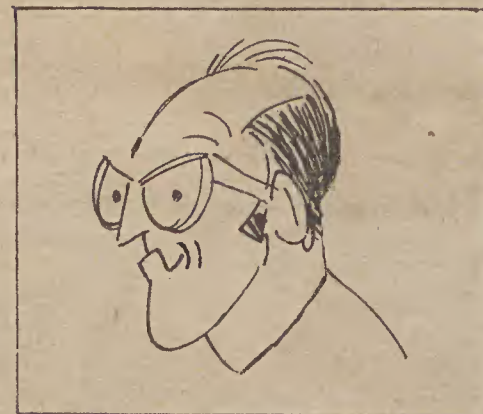
É fato. Como não queremos fazer política, mas apenas jornalismo político com perspectiva histórica, não temos porque distribuir ao consumo a brucelose das paixões imediatas. Depois, há que observar uma característica muito nossa, latina (ladina): a confusão entre ação e movimento, entre o passo efetivamente dado e a gesticulação no vazio. De 1946 a 1964 houve muito movimento e muita gesticulação política, mas quase nenhuma ação concreta e só uns poucos passos (JK e Jânio) dados no sentido certo. Em momentos assim, a crônica política se transforma na crônica dos tumultos criados pela classe política.

Para nós, os tumultos são menos importantes do que os interesses que os geraram. E os interesses (como os objetivos nacionais da ESG) também são permanentes. Em outras palavras: atrás e por baixo dos acontecimentos há sempre um processo (o histórico) difícil de perceber nas horas de tumulto. Cada grupo que assume ou que contesta o poder está sempre seguro de agir em função desse processo. Mas chega uma hora em que, deserta a praça, a própria História (que é a mais irônica das artes) recolhe o lixo dos "slogans", dos perfis gastos, dos gestos desnecessários. Importa, pois, saber por quem, quando e onde esse processo foi emperado ou atirado para a frente.

## ELOGIO

Disseram, também:

- Isto é um "Pasquim" político. Vocês estão macaqueando a patota. Então, eu respondo. Sem o exemplo de sobrevivência do "Pasquim", nós não teríamos, de fato, cogitado deste "POLITIKA". A patota redescobriu o formato e inventou uma linguagem. Quase toda a imprensa brasileira foi afetada por essa linguagem. Ninguém gosta de confessar; é mais fácil copiar. Como o segredo do sucesso do "Pasquim" é essa linguagem, invadi-la deveria ser considerado crime de invasão de propriedade. Usá-la, é apropriação indébita. Ora, desse crime a consciência não nos acusa. Nós ainda nem estamos na nossa, quanto mais na deles.



## IDEOLÓGICOS

Disseram:

- Vocês estão à direita da Gestapo. Paciência, gente, nós só queremos estar nas bancas.

## MEMÓRIA

Uma coisa já conseguimos. De repente, não mais que de repente, todo mundo descobriu que tem memória. E o que é melhor: memória de algum momento decisivo da história deste país. Ao Franklin de Oliveira vamos responder com a ressurreição da memória nacional. Mesmo quando ela doer.

## CONCENTRAÇÃO

Como está em moda a discussão sobre a disparidade de distribuição da renda nacional e como é visível o esforço do presidente Medici para corrigir as distorções mais gritantes, surge o argumento de que ninguém pode distribuir o que não existe: o momento é o da acumulação capitalista. Perfeito. Vamos acumular. Quanto mais, melhor. Mas acumular nas mãos de quem?

## VOTAÇÃO

Ninguém diga que o Plano Nacional de Desenvolvimento (o PND) não foi lido, no Congresso, com atenção. Se não sofreu críticas, nem emendas, é porque não se critica um rol de aspirações, nem se emenda uma carta de intenções. Um ministro de planejamento é sempre um Afonso Celso extrapolado.





**Adirson  
de Barros**

CID SAMPAIO GANHOU A ELEIÇÃO PARA JÂNIO NO RECIFE. UM MÊS APÓS, O PREFEITO DO RECIFE, MIGUEL ARRAES, JÁ BRIGADO COM O GOVERNADOR CID ENTRAVA SORRIDENTE NO PALÁCIO DO PLANALTO PARA CONFERENCIAR COM O PRESIDENTE. AQUILO REPRESENTAVA SEM DÚVIDA A PRIMEIRA APROXIMAÇÃO DE JÂNIO COM AS ESQUERDAS E O ROMPIMENTO COM O ESQUEMA QUE O ELEGEU.

# Direita inventou esquerda (II)

## COMEÇA A ASCENÇÃO DE ARRAES

**E**LEITO O SR. CID SAMPAIO, COM OS VOTOS COMUNISTAS, SOCIALISTAS, UDENISTAS, ESQUERDISTAS, CONSERVADORES, CATÓLICOS, CLASSE MÉDIA, ZEPOVINHO, ETC., COMEÇA A ASCENSÃO DO SEU CONCUNHADO MIGUEL ARRAES DE ALENCAR, O TÍMIDO SERTANEJO QUE LOGO OCUPA A PRINCIPAL SECRETARIA DO ESTADO (FAZENDA), MAIS TARDE ROMPE COM CERTAS LIGAÇÕES CONSERVADORAS E CANDIDATA-SE A PREFEITO DO RECIFE TURBULENTO DAQUELES DIAS, COM O APOIO DECISIVO DO GOVERNADOR CID. A DIREITA PERNAMBUCANA (USINEIROS, BANQUEIROS, COMERCIANTES, INDUSTRIAIS), QUE COMPUNHA O ESQUEMA CID SAMPAIO, VAI MAIS LONGE NO SEU GRAVE ERRO POLÍTICO, APOIANDO AGORA O SR. ARRAES PARA A PREFEITURA. POR QUÊ? PORQUE ARRAES ERA CANDIDATO DE CID, OU SEJA, DO MESMO ESQUEMA POLÍTICO. A VONTADE DE TODOS ERA DERROTAR O PSD, MAIS UMA VEZ. E O PSD FOI MAIS UMA VEZ BATIDO NAS URNAS.





ADIRSON DE BARROS PROVA COMO ARRAES CHEGOU AO PODER ALIADO AOS COMUNISTAS E APOIADO NAS CLASSES CONSERVADORAS. ERA A PRIMEIRA ETAPA DA CONQUISTA DO PODER EM PERNAMBUCO PELOS COMUNISTAS MAS SÔMENTE O ALTO CLERO E OS POLÍTICOS PESSEDISTAS ACREDITAVAM E DENUNCIAVAM O FATO. PERNAMBUCO COMEÇAVA A SER UMA EXCEÇÃO NO PAÍS.

**COMEÇA A ASCENÇÃO DE ARRAES**

**Cid sem preconceitos de côr aceitou apoio vermelho e triunfou**

Os pessedistas pernambucanos tratavam, ainda, de incompatibilizar o governador Cid Sampaio com o conservadorismo nacional. O sr. Etelvino Lins mostrava aos jornalistas, na Câmara Federal, foto da nova residência do sr. Luís Carlos Prestes, que pretendia mudar-se para Recife. Era uma formidável intriga política, em que o sr. Etelvino Lins era mestre consumado. Naquela época, a intriga política tinha grande importância.

A uma pergunta dos jornalistas reunidos na biblioteca do velho Palácio Tiradentes — onde funcionava a Câmara quando era Câmara —, sôbre sua posição ante os vermelhos, o sr. Cid Sampaio afirmou:

— Não tenho preconceitos de côr.

Cid ainda estava amarrado ao esquema que sustentara sua campanha eleitoral e o acompanhara ao Palácio das Princesas.

Depois dessa pergunta, Cid tratou de enveredar pela situação econômico-social do Estado, com números, dados, estatísticas. O repórter político Oyama Telles, que tem horror a essas coisas, deu um murro na mesa e disse:

— Chega de números. Não queremos saber disso. Queremos é fofoca política.

No Rio, o esquema PC-PTB não funcionara. O sr. Lutero Vargas, candidato do esquema, fôra derrotado brilhantemente pelo candidato lacerdista, o mineiro Afonso Arinos de Melo Franco, o qual fêz uma campanha de cunho popularesco (pela primeira vez na vida) desfilando em caminhão aberto, ao lado de Lacerda e Brunini. Um Mello Franco no caminhão!

No seu primeiro dia de candidato, Arinos reclamou do banco duro do caminhão, onde se sentara, para dar início à campanha eleitoral.

— É duro demais. É demagogia demais. Esse Lacerda é demais.

Lacerda, de microfone em punho, anunciava ao povo carioca a candidatura de Arinos, contra a conspiração eleitoral dos comunistas e petebistas, unidos com Lutero.

Aquí, ao contrário de Pernambuco, as classes conservadoras manti-

nam-se unidas em tórno dos seus candidatos. Recusaram a união com a esquerda e marchavam para as urnas confiantes. O próprio Lacerda reelegia-se para a Câmara com votação esmagadora. As atenções nacionais voltavam-se para o Estado de Pernambuco, onde a aliança entre trabalhistas, udenistas, comunistas, socialistas etc., resultara na vitória do candidato único, que começava a governar tendo na oposição apenas os pessedistas mais fiéis e os próprios fiéis do arcebispo Dom Antonio Almeida Moraes Jr.

Armavam-se os esquemas federais. Jânio deputado trabalhista pelo Paraná (uma questão de legenda) surgia como candidato imbatível para a presidência. Jango esperava ser o sucessor de JK, mas se convencia de que sua candidatura era torpedeada pelo próprio Palácio. Os pessedistas em busca de um candidato, um nome nacional, que pudesse polarizar as forças conservadoras e trabalhistas, numa aliança capaz de derrotar a avalanche janista.

O nome surgiu: general Lott, ministro da Guerra de Café Filho, Nereu Ramos e JK. (Além de Carlos Luz). A Frente Parlamentar Nacionalista, organismo da esquerda-nacionalista existente pela vivacidade de Neiva Moreira, articulou a candidatura Lott, que nascia, assim, num leito impróprio: Lott era um conservador, um general prussiano e teimoso, de inteligência discreta e nada maleável. Como juntar-se à pelegada e aos comunistas?

Era questão de tempo.

**ARRAES NA PREFEITURA**

A candidatura Arraes para a Prefeitura do Recife nascia, contudo, em seu leito próprio. O mesmo esquema de esquerda que se apoderara da campanha Cid preparava a campanha Arraes para a prefeitura da principal cidade do Nordeste — o barril de pólvora nacional.

Registrado pela legenda do Partido Social Trabalhista (sempre se arrumava uma legenda para qualquer candidatura), sômente mais tarde Miguel Arraes começou a receber outros apoios. O PTB queria candidato próprio: Barros de Carvalho, Josué de Castro, entre outros.



**Esquema de Cid foi o de Arraes**

O PTB dividiu-se. Uma ala, liderada por Artur Lima Cavalcanti, lutava pela candidatura Arraes. Josué saiu da refrega agastado tanto com os comunistas — que o apoiaram para a Câmara Federal — como também com a liderança do PTB, que desprezou sua candidatura.

O PTB acabou ficando com a candidatura Antônio Pereira tendo como candidato a vice-prefeito Eládio Barros Carvalho, irmão do presidente do Diretório Regional. Mas o grosso do eleitorado já estava ideologicamente comprometido com Arraes. O nome de Arraes estava nas ruas — e a caminho das urnas.

Desta vez o arcebispo Dom Antônio absteve-se de intervir na campanha eleitoral.

Arraes candidato do PC, de uma ala do PTB, das esquerdas, do governador Cid Sampaio, da Associação Comercial, dos usineiros, banqueiros e industriais do Recife. Todos de mãos dadas, rumo ao Poder. O importante era completar o esquema Cid-Conservadorismo. O importante era esmagar o PSD e seus aliados. Arraes, na Prefeitura da capital pernambucana, seria um dócil político de mãos atadas pelo comando conservador do Estado. Assim pensavam...

O candidato Arraes procurou colocar sua campanha numa linha nitidamente nacionalista e já pensava em termos federais: "Os problemas cruciais do Recife e de Pernambuco extrapolam o âmbito municipal e regional, para adquirir projeção insuspeitada. A circunstância de não termos relações com todos os países do mundo (o Brasil ainda não havia restabelecido suas relações diplomáticas com a Rússia) restringe o mercado externo e contribui para o baixo standard de vida dos grandes grupos populacionais".

Assim falava Arraes aos recifenses.

(Dez anos após a restauração das relações com a Rússia, os pobres do Recife e do Brasil aumentaram ainda mais).

"Melhor ter um mocambo onde não ter onde morar" — bradava Arraes nos seus comícios, organizados pelos ativistas do PC pernambucano com as gordas verbas das classes conservadoras do Estado.

— Deixa Arraes falar. É só para efeitos eleitorais — afirmavam os líderes conservadores, procurando justificar seu alienado apoio político e financeiro ao candidato das esquerdas.

Enquanto isso, a classe média identificava em Arraes a continuidade da campanha de Cid e da administração Pelópidas Silveira (que fôra muito boa) na prefeitura recifense. Todos caminhavam na mesma direção: Arraes.

Cid de mangas arregaçadas nas ruas do Recife, defendendo Arraes.

Gritaria; discursos; comícios; cartazes. Repetia-se a festa da campanha de Cid Sampaio para o governo de Pernambuco.

"45 mil crianças sem escolas nesta cidade" — Arraes.

"Vamos acabar com a distribuição de energia elétrica por uma empresa pertencente a consórcios internacionais" (A Pernambuco Tramways)" — Arraes.

Arraes ainda atacava as cúpulas partidárias e dizia: "Mais uma vez o Recife é chamado a decidir nas urnas, do seu destino. Forças retrógradas, já batidas pelo voto popular, tentam, agora, desesperadamente retomar posições de que foram desalojadas não faz muito tempo. O povo, porém, está vigilante".

Arraes foi eleito. Com Cid, Cleofas (o líder udenista não pôde deixar de apoiar Arraes), com os comunistas, com os socialistas, com todos. Do outro lado, pessedistas e alguns remanescentes do trabalhismo. Nada mais.

**ARRAES NO RIO**

Eleito, Arraes viajou para o Rio. Precisava iniciar seus contatos federais, porquanto sua campanha para governador começava naquele dia: no dia em que o povo recifense lhe deu a maioria dos votos para a prefeitura.

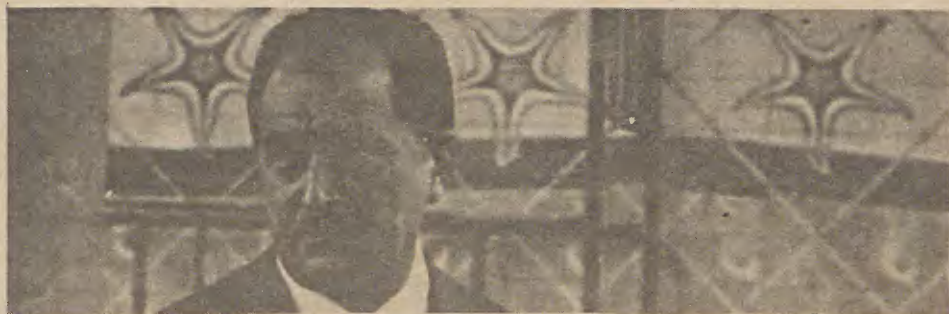
No Rio, os líderes pessedistas pernambucanos anunciavam: o Partido Comunista acaba de ganhar a segunda etapa (a primeira fôra Cid) para a conquista do Poder em Pernambuco.

Os pessedistas enxergavam longe.





## COMEÇA A ASCENÇÃO DE ARRAES



# Nunca se confessou comunista, mesmo aos jornalistas quando foi provocado

No Rio, em contato (almôço na Maison de France) com jornalistas políticos do Rio e de São Paulo, Arraes, eleito prefeito do Recife, demonstrava suas qualidades de político: a matreirice, a astúcia, o pouco falar, um homem da escola pessedista mineira, com outras qualidades: sensibilidade para os problemas sociais e fantástica capacidade de comunicação com as massas, apesar de seus parcos dons oratórios.

Arraes conversou horas com os jornalistas, mas deixou no ar, sem resposta, a indagação geral:

— O senhor é comunista?

Não, Arraes não respondia a tal pergunta.

Arraes começa a governar. A administrar. A abrir ruas, asfaltar, novos ônibus correndo a cidade; chafarizes para o povo pobre dos morros; água; eletricidade.

A classe média demonstrava sua satisfação com o governo Arraes. Enquanto os comunistas e socialistas de todos os matizes freqüentavam o gabinete e as ante-salas da Prefeitura do Recife, já traçando os planos futuros. Pois Arraes não podia parar: tinha que chegar ao Palácio das Princesas.

### O "STAFF" DE ARRAES

Arraes constituiu um "staff" para orientá-lo e ajudá-lo na prefeitura do Recife. Muitos eram acusados de comunistas. Alguns deles eram mesmo: Hiram Pereira (velho militante do PC), Rildo Souto Maior, Aluisio Falcão.

Enquanto administrava a cidade mais importante do Norte-Nordeste, Arraes estruturava, com os líderes da esquerda pernambucana, sua campanha para a sucessão de Cid. Aproximava-se, então, o rompimento dos concunhados. Era a campanha presidencial que surgia no horizonte. Arraes sabia de antemão que dificilmente poderia caminhar no mesmo sentido do governador Cid Sampaio.

Jânio candidato da UDN e das classes conservadoras, embora fosse um candidato popular. Lott, candidato das esquerdas, dos nacionalistas, dos trabalhistas, embora fosse um homem conservador. As velhas contradições da política brasileira.

Cid, que demorou meses até apoiar Jânio, acabou jogando todo seu prestígio na campanha eleitoral janiista em Pernambuco.

— Não me cortem os braços. Votem em Jânio" — bradava Cid, entusiasticamente, nos comícios pernambucanos.

Arraes, politicamente rompido com o governador, foi para as ruas, defender a candidatura Lott.

Arraes procurava demonstrar que Lott era um homem do povo; suas idéias eram as idéias do povo.

Até o momento em que os dois candidatos surgiram nos palanques dos comícios, no Recife. Desfez-se o mistério. Jânio, no Recife, apoiou todas as teses da esquerda, pois sabia que o eleitorado recifense era esquerdista e era importante para ele derrotar Lott num reduto da esquerda, governado por um prefeito esquerdista.

Lott, ao contrário, dizia na cara de Arraes: "Sou contra o reatamento das relações com a Rússia. Sou contra a reforma agrária; bancária; estatutária; seja que reforma fôr".

Arraes mostrava-se decepcionado. Seu candidato o desmentia nas ruas de sua cidade.

### FÓRMULA ETELVINO

Nessa época, o arguto político Etevlino Lins imaginou uma fórmula de fazer com que o PSD retornasse ao Poder em Pernambuco: Lott era o candidato comum das esquerdas e do PSD conservador. Etevlino estava convencido de que, sem as esquerdas, seria impraticável vencer em Pernambuco.

Aquêle era o caminho ideal: o PSD e as esquerdas unidas com Lott, num Estado esquerdista, propiciaria uma "aliança natural" que poderia resultar na vitória de um candidato pessedista para a sucessão de Cid.

A fórmula era imaginosa. Mas dependia das urnas.

E as urnas favoreceram Jânio, destruindo por completo uma nova aliança que se formava em Pernambuco: comunistas e pessedistas em torno de um candidato à presidência da República.

Passada a refrega presidencial,

Arraes era chamado ao Planalto para conversar com o Presidente Jânio Quadros. Cid, que tanto lutara na campanha janiista em Pernambuco, que chegara a imaginar uma vice na chapa de Jânio, estava com seu futuro político cortado: seu adversário, Arraes, que apoiara Lott, era o homem de Pernambuco junto ao Poder Central.

### CAMPANHA DE ARRAES

Arraes fortalecia-se politicamente. E começava a estruturar sua campanha para a sucessão de Cid, através do Movimento de Cultura Popular, que ganhou as ruas, as cidades, as casas dos pernambucanos, levando o nome do prefeito recifense aos mais distantes municípios do Estado. Era a popularização do nome do prefeito junto ao eleitorado do interior, ainda prêsso ao coronelismo udeno-pessedista.

Comandado por comunistas e esquerdistas, o Movimento de Cultura Popular foi talvez o mais eficiente instrumento de ação política com que contou o sr. Miguel Arraes para popularizar seu nome em todo o Estado, levando sua mensagem a cada município pernambucano: a mensagem do bom administrador, que estava revolucionando os métodos de administração no Recife.

— No Recife tem um tal de doutor Arraia, que é muito bom demais." — diziam os motoristas de caminhões e de ônibus, que demandavam o interior pernambucano, levando a mensagem de Arraes.

Com a renúncia de Jânio Quadros, sete meses depois de empossado na Presidência, o sr. Cid Sampaio viu desmantelar-se por completo seu esquema político. Perdeu o ministro da Agricultura (Romero Cabral da Costa), enquanto a popularidade de Arraes crescia, impondo-o como o candidato natural à Prefeitura do Recife. Era preciso que Cid desse uma meia-volta-volver nas classes empresariais, responsáveis por aquilo tudo. Era necessário que os patrões se unissem, para esmagar a candidatura Arraes. Cid voltava a ser conservador. As classes patronais voltavam ao seu leito conservador. Desenhava-se a futura batalha política: comunismo contra democracia. A Direita, arrependida, já temia Arraes. E se preparava para enfrentá-lo. E o PSD? Onde estava? para onde ia?



Etevlino



Jânio





***Vilar de Queirós dá o preço do desenvolvimento, que o Boletim Cambial avalia como muito caro***

# **A ECONOMIA E O SETOR EXTERNO**

## **MERCADO RESPONDERÁ**

Tão logo conseguimos uma cópia da tese de Maria da Conceição Tavares e obtivemos permissão para a sua divulgação, procuramos fazer um levantamento da opinião dos principais líderes do mercado de capitais sobre esse documento.

Quando encerrávamos este número, já mais de quinze personalidades do mercado financeiro tinham sido consultadas por nós.

Quase todos conheciam o trabalho apresentado ao Seminário do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais. Nenhum podia explicar por que esse documento não merecera, por parte da grande imprensa, uma divulgação maior. Como hipótese de trabalho e como teses para discussão, quase todos consideram o documento uma excelente oportunidade para a opinião pública tomar conhecimento das dimensões e das implicações do mercado de capitais.

É a resposta do mercado de capitais (confirmando? destruindo?) às teses de Maria da Conceição Tavares que apresentaremos em nosso próximo número.

Sob o título "Condições para a taxa de 9% o insuspeito "Boletim Cambial" do dia 23 deste mês dá a seguinte informação (que transcrevemos em pânico): "Para que a economia brasileira continue a se desenvolver a um ritmo em torno de 9% ao ano, duas condições essenciais devem ser cumpridas, segundo o ministro Vilar de Queirós, chefe da Assessoria Internacional da Fazenda: 1) o ingresso de capitais estrangeiros em montantes ao redor de 1,6 bilhão de dólares ao ano, entre investimentos e empréstimos; 2) expansão dos recursos provenientes das exportações à taxa de 15% anuais". Sentindo o peso da barra, o próprio Boletim Cambial comenta: "Aparentemente, até agora não atingimos, no Brasil, o volume de ingresso de capitais da ordem prevista pelo ministro

Vilar de Queirós. Seria ideal que, nesse total de 1,6 bilhão de dólares, os investimentos diretos tivessem maior participação que os empréstimos. Porque, de repente, vamos nos dar conta de que necessitaremos de um volume crescente de recursos, cada ano, para atender ao resgate dos compromissos assumidos — capital e juros — além do necessário para atender às exigências dos capitais estrangeiros investidos, sob a forma de dividendos, royalties e outras partidas". É ainda o "Boletim Cambial" que tira suas conclusões que nós (mais uma vez em pânico) transcrevemos: "De qualquer forma, as condições enunciadas deixam bem claro o preço que deve ser pago pelo desenvolvimento. Não devemos temê-lo, mas estar conscientes".







MUITA GENTE SE SURPREENDEU QUANDO O PRESIDENTE MEDICI AFIRMOU: "PODE SER QUE A ECONOMIA VÁ BEM, MAS A GRANDE VERDADE É QUE A MAIORIA DO POVO AINDA VAI MAL". O QUE ESTE IMPRESSIONANTE DOCUMENTO MOSTRA É QUE NEM TÔDA A ECONOMIA VAI BEM; OS RECURSOS AFLUEM PARA O SISTEMA FINANCEIRO QUE SE FORTALECE CONTÍNUAMENTE, GERANDO DISTORÇÕES DE TÔDA ORDEM.

# O BRASIL NA ENCRUZILHADA

**N**O MÊS de setembro último, o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) realizou, no Rio de Janeiro, um seminário sobre "mercado de Capitais e Desenvolvimento Econômico". O Seminário, é óbvio, tinha por objetivo exibir a extraordinária *performãnce* do nosso mercado de capitais. Figuras importantíssimas do sistema financeiro internacional foram convidadas e vieram. A maioria com aquele espírito turístico de quem vai a uma "feira" ou a um "rodeio". Não foi este, contudo, o estado de espírito com que aqui desembarcou a portuguesa *Maria da Conceição Tavares*, técnica da CEPAL.

Reunindo todos os levantamentos já feitos por esse órgão sobre intermediação financeira na América Latina, Maria da Conceição Tavares preparou e apresentou uma tese que sacudiu o Seminário. "O Correio da Manhã" por exemplo, disse do seu trabalho que foi a contribuição mais séria do Seminário, mas não quis publicá-lo.

Sem negar, antes enfatizando o caráter excepcional do nosso crescimento econômico, ela não deixou de mostrar profundas contradições no desenvolvimento financeiro recente do Brasil. Sua tese intitulava-se mesmo: "Natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente no Brasil". A principal de suas observações é que a plethora de recursos captados pelo sistema financeiro, dado o seu caráter especulativo, não se está traduzindo em um aumento correspondente da produção. O financiamento das



pequenas e médias empresas continua um problema em aberto. A taxa de poupança continua, entre nós, muito baixa e o esforço todo da economia se dirige no sentido de aproveitar as "brechas" de um mercado internacional em reorganização e de exacerbar um "consumismo" das classes ricas e das classes médias urbanas, (estas através de um terrível endividamento extra-bancário, ou seja, o crédito direto ao consumidor).

A expansão do mercado de capitais, que é notável, não se traduz, ainda, em investimentos produtivos.

É neste ponto, justamente, que se colocam os novos desafios econômicos à sustentação do nosso desenvolvimento. É esta parte do trabalho de Maria da Conceição Tavares, seguida de um confronto entre o "modelo brasileiro" e o "modelo japonês" de desenvolvimento, que oferecemos aos nossos leitores.

Uma advertência é necessária e foi feita pela própria Conceição Tavares: "este ensaio tem caráter exploratório e as hipóteses nele levantadas, bem como os possíveis juízos de valor implícitos na análise, são de responsabilidade exclusiva da autora e não representam, necessariamente, os pontos de vista da CEPAL". Nem os nossos.







## O BRASIL NA ENCRUZILHADA

# A acumulação financeira e seu significado na presente etapa do nosso desenvolvimento

Os leitores perceberão que se trata de um documento importante demais para ser ignorado. Mas não se sabe bem por que, o trabalho de Maria da Conceição Tavares foi congelado pela grande imprensa. Apesar de ter a autora desafiado alguns documentos "apologéticos", ninguém — por isso mesmo que a tese não foi divulgada — se sentiu obrigado a rebater suas críticas ou a refutar suas observações.

Tudo se passou como se o Seminário fôsse um piquenique, apenas ameaçado pela mania da Conceição Tavares de querer tratar de assuntos sérios. A única discussão, ao que se sabe, entre a técnica da CEPAL e um grande economista brasileiro, não chegou a se realizar. Ela esteve na casa de Mário Henrique Simonsen, mas levada por um grupo muito heterogêneo que inibia uma conversa a sério. No fim da noite, vendo que o grupo só queria tomar uísque e comer mocotó, Mário Henrique colocou a "Cavalcada das Valkírias" na eletrola e começou a cantar.

Mas, vamos ao que interessa. O trabalho de Maria da Conceição Tavares dá uma idéia das dificuldades que ainda teremos de enfrentar para atingirmos uma economia de escala e uma razoável distribuição da renda nacional. Ela não esquece que as distorções atuais do sistema financeiro repousam sobre uma base criada a partir de 1964, pois antes disso o que havia era o caos e o crédito dependia, basicamente, da emissão de papel moeda e dos depósitos nos bancos comerciais. Ela considera, por exemplo, extraordinário que possamos resolver — como temos feito — de forma relativamente heterodoxa os problemas fundamentais de liquidez ou de financiamento corrente das empresas, do deficit governamental e do financiamento do consumo, sem um aumento substancial da taxa real de poupança interna.

A emissão e acumulação de ativos financeiros vinham-se dando no Brasil sobretudo ligadas à expansão da dívida pública (ORTN), dos consumidores, das empresas produtoras de bens duráveis (aceites cambiais) e da expansão imobiliária (letras imobiliárias).

A acumulação financeira se mantém, pois, até 1969/70, mediante uma expansão da dívida pública e privada crescente e com base numa alta taxa de rentabilidade e negociabilidade de ativos financeiros de curto e médio prazos, que têm valor corrigido automaticamente contra a inflação ou oferecem uma taxa de juros antecipada que extrapola as tendências inflacionárias. Este processo deu lugar a um acentuado aumento dos custos financeiros das empresas e a necessidades crescentes de capital de giro que deprimem sua taxa de lucro líquido e, conseqüentemente, suas possibilidades de acumulação interna.

Até agora o setor financeiro privado tem se revelado incapaz de modificar as modalidades de crédito no sentido de aumentar substancialmente os prazos e reduzir as taxas de juros. Isso se deve às próprias condições de estruturação do mercado financeiro, bem como ao fato de que o seu funcionamento se dá em condições inflacionárias que tendem a institucionalizar-se, mediante o emprêgo dos diversos mecanismos de correção monetária. Esta circunstância eleva o patamar em que se define a estrutura da taxa de juros e, em condições de ampla liquidez do sistema, bem como de rápida rotação do capital financeiro, permite manter uma altíssima taxa de lucro no setor financeiro, acelerando, portanto, o próprio ritmo de acumulação e expansão desse setor.

Nestas condições, se dificulta a implantação de agências financeiras privadas especializadas no crédito de longo prazo — o qual fica praticamente na dependência das agências públicas de desenvolvimento — bem como se problematiza o financiamento do próprio capital de trabalho das empresas.

Frente a essa situação, a solução encontrada para os problemas de financiamento das empresas esteve na adoção de uma política de fortes estímulos fiscais e outros, às aplicações em ações e à abertura de capital das empresas (1).

De 1969 para cá, o chamado mercado de capitais tornou-se, assim, eufórico, através da especulação realizada com ações de empresas já existentes, dos lançamentos de novas ações e, mais recentemente, com a intensificação do processo de abertura de empresas.

Nas atuais condições de ebulição no

mercado de capitais as operações de abertura de capital, lançamento e valorização de ações se fazem ao sabor de flutuações acentuadas no mercado financeiro aberto e, inclusive, em mercado paralelo ao das próprias Bolsas de Valores, prevalecendo o caráter especulativo das operações financeiras. Isto tem dois reflexos importantes: um, sobre o desenvolvimento e equilíbrio do mercado de capitais, o outro, sobre a estrutura de financiamento das empresas, ambos intimamente relacionados e que expressam as limitações principais da solução adotada.

Uma vez que o valor de mercado das ações se encontra completamente desligado do custo real de reposição dos ativos fixos ou da taxa interna de rentabilidade do investimento real, não há articulação possível, para fins de cálculo econômico, entre a expansão real e a financeira. Ao que tudo indica parece estar ocorrendo uma forte acumulação de capital fictício (contábil) por parte das empresas de capital aberto sem contrapartida na expansão equivalente da sua capacidade produtiva. Isto põe em risco a taxa de lucro de longo prazo das empresas e, portanto, sua capacidade de pagar dividendos. Em outras palavras: deixa completamente em suspenso a realização do valor de capital financeiro enquanto direito de propriedade sobre os lucros das empresas.

### O CARÁTER CONTRADITÓRIO DO PROCESSO

O caráter contraditório entre a expansão real e a financeira se manifesta na impossibilidade de manter uma base real para acumulação financeira. Esta última, tal como se vem fazendo, supõe uma contínua expansão da dívida de curto e médio prazos das empresas e famílias, bem como da dívida pública. Contudo, é difícil imaginar que a dívida pública e dos consumidores possa continuar expandindo-se a um ritmo remotamente comparável ao do período 1966/70, dadas as proporções já alcançadas por seu volume bruto e levando-se em conta os prazos e custos do serviço da dívida (2). A tendência normal seria que os ritmos de crescimento dessas duas modalidades de dívida se aproximassem respectivamente do crescimento da renda interna bruta e da renda disponível das famílias, não continuando, portanto, a desempenhar um papel significativo como componentes autônomos da expansão da demanda interna. Nesse caso, a alternativa compensatória para manter-se o dinamismo da economia, a longo prazo, repousaria numa aceleração do investimento em capital fixo.

Não obstante, esta tendência compensatória é freada em função dos critérios de rentabilidade microeconômica que afetam tanto as decisões dos poupadores (pessoais ou institucionais) como as decisões de investimento das empresas.

Em parte devido ao movimento especulativo, as aplicações financeiras continuam sendo as mais rentáveis para os

poupadores... Como conseqüência, verifica-se um congelamento da estrutura de custos financeiros que vai gravitar como um peso crescente sobre a taxa real de lucro das atividades produtivas.

As indicações existentes sobre as taxas de lucro das 615 maiores empresas brasileiras parecem confirmar esta hipótese, pois é enorme a diferença entre a taxa de rentabilidade média do setor financeiro e dos demais setores produtivos. Assim, enquanto os bancos estatais e os bancos de investimento apresentam em seus balanços de 1970 taxas de lucro líquido superiores a 50%, e as demais financeiras taxas superiores a 30%, a rentabilidade média para o conjunto das empresas da amostra é de apenas 11,5%, apresentando alguns setores, como o químico, o farmacêutico, e o plástico, taxas negativas.

Este processo de expansão especulativa mantém uma permanente tensão inflacionária e distorce violentamente a alocação de recursos do setor privado, favorecendo, sobretudo, as atividades ligadas à diversificação do consumo e esterilizando, assim, do ponto de vista macroeconômico, volumes crescentes de poupanças, num verdadeiro círculo vicioso de acumulação improdutivo.

Em síntese, o problema da instabilidade estrutural deste processo de expansão financeira não está apenas na divergência de ritmos de acumulação entre ativos reais e financeiros, mas sim no caráter recorrente do processo em curso que tende a uma redistribuição contínua do excedente em favor da órbita financeira, a qual, se fôr mantida além de suas possibilidades reais de sustentação, poderá provocar uma ruptura crítica da expansão econômica. Parece existir um certo consenso de que para evitar essa ruptura se necessita diminuir a especulação, forçando uma maior centralização do capital financeiro, mediante a qual as grandes agências financeiras controlem o lançamento dos novos títulos em bolsa, intervenham de forma coordenada na manipulação das operações financeiras e promovam a canalização de recursos para os setores com maiores oportunidades de investimento... Entretanto, essa tão conveniente integração não depende apenas da centralização do capital, mas, inclusive, de uma profunda reorganização da estrutura oligopólica vigente, bem como de uma acentuada modificação do estilo de crescimento recente da economia... As inúmeras fusões de grupos financeiros que vêm ocorrendo nos últimos anos não têm estado articuladas com o processo de concentração na esfera real (produção). Na verdade, representam somente um agudo processo de centralização de capital financeiro devido, principalmente, ao caráter fortemente competitivo e especulativo do mercado financeiro, a partir da expansão e diversificação dos agentes financeiros verificadas no período 1966/1969 (3).





## O BRASIL NA ENCRUZILHADA

EM 1970 OS BANCOS OFICIAIS E OS BANCOS DE INVESTIMENTO TIVERAM LUCROS SUPERIORES A 50%. NO MESMO PERÍODO, AS FINANCEIRAS TIVERAM LUCROS SUPERIORES A 30%. MAS A MÉDIA DE LUCRO DAS 650 MAIORES EMPRESAS DO PAÍS NÃO CHEGOU A 12%. ESSA DIFERENÇA DE RENTABILIDADE DE INVESTIMENTOS EXPLICA MUITA COISA. O BRASIL TERÁ QUE FAZER AINDA MUITAS OPÇÕES.

## Bancos estrangeiros se unem aqui, porém se estraçalham fora

... Aqui surge o problema central: o da articulação do setor empresarial com o financeiro, de cuja capacidade de organização tanto se espera, ao abrigo das recentes leis de incentivos para capitalização, reavaliação de ativos e fusões.

Pela sua posição privilegiada no mercado de capitais seria de se esperar que os Bancos de Investimentos assumissem o papel central nessa articulação mais orgânica entre a órbita real e a financeira e, em particular, promovessem o financiamento da expansão produtiva das empresas.

No entanto, até há pouco tempo a forma de operar dos Bancos de Investimento não se distinguiu marcadamente da de qualquer "financeira" comum e corrente. O fato de ter-se colocado à sua disposição instrumentos legais que lhes permitiria atuar mais efetivamente como agências principais do mercado de capitais, não afetou senão moderadamente a sua forma de operar no mercado de títulos (4).

Por outra parte, mesmo na sua tarefa de lançadores de ações mediante operações de "underwriting" guiam-se muito mais pelo caráter especulativo da operação do que pelos interesses de longo prazo das empresas clientes. As próprias formas de articulação de interesses, ainda quando existam cruzamentos de diretorias entre os Bancos e as empresas, ou até mesmo participação acionária, permitida por recentes modificações na lei bancária, se regem mais por considerações de ordem financeira do que por uma estratégia global de expansão tipo conglomerado ou consórcio internacional.

Mesmo no caso do grupo Deltec — cuja cabeça financeira no Brasil é o B.I.B. — apesar de sua tradição de consórcio internacional, e de sua teia de interesses empresariais que vão da petroquímica ao gado, passando por toda a vasta gama de participação em atividades industriais e comerciais dentro do Brasil (5), sua forma de operação não está nem remotamente estruturada nos moldes do conglomerado japonês. Estes, possuem a sua organização empresarial em "estrêla" em torno de um grande banco o qual, a partir de um poder de emissão praticamente ilimitado em favor das empresas do grupo, controla globalmente a acumulação financeira e a reprodução do capital do conglomerado, além de orientar os critérios de investimento, seleção de tecnologia e ampliação de mercados.

No caso dos conglomerados internacionais operando no Brasil, as decisões integradas a respeito de matérias tão relevantes como as apontadas são tomadas em seus escritórios centrais, levando em conta a estratégia global do conglomerado e sua regionalização. Deste modo, o

Banco de Investimento local tende a ser apenas uma agência financeira com certo grau de flexibilidade para articular operações reais e financeiras, cuja dimensão não transcenda a escala local. Sua estratégia está centrada, sobretudo, na diversificação de aplicações, visando na diminuição da taxa de risco global do capital investido. É certo que como esse capital representa apenas uma porcentagem ínfima das aplicações globais do "conglomerado" internacional, as suas filiais brasileiras podem buscar oportunidades novas de investimento com um grau maior de risco do que as empresas nacionais. Isto é, no entanto, praticamente irrelevante quando a política de incentivos fiscais e de subsídios financeiros não discrimina entre capital nacional e estrangeiro, para fim de aplicações em áreas prioritárias ao desenvolvimento nacional.

Muito mais limitados, em sua órbita de aplicações, se encontram os bancos de investimento nacionais que, com contadas exceções, se limitam a reforçar o poder financeiro de velhos bancos comerciais e a operar no mercado de títulos mediante uma cadeia vinculada de financeiras, corretoras e distribuidoras de títulos.

Assim, aquela articulação entre capital financeiro e industrial que permitiria algo semelhante a um processo integrado de acumulação no pólo "capitalístico" da economia não parece estar ainda em vias de realização no Brasil.

A própria estrutura oligopólica prévia a 1968, que é objeto de intentos de reorganização, possuía características de rigidez quanto à origem e interesses dos grupos preexistentes, dada a posição destes na estrutura produtiva interna e vis a vis o mercado internacional, que tem dificultado uma rearticulação na órbita produtiva e financeira.

Na verdade, é relativamente fácil juntar uma série de grupos financeiros internacionais de todas as procedências para participar na fundação de um grande Banco de Investimento como o INVESTBANCO, que se destina a operar no mercado financeiro aberto, como investidora financeira institucional. Mas é muito mais difícil conseguir que esses grupos fundadores se ponham de acordo para tratar em conjunto, projetos de investimento em áreas onde já sejam dominantes, empresas filiadas a grandes consórcios internacionais que competem entre si no mercado interno ou externo. O aparente fracasso da INVEST-EXPORT, seção especial do INVESTBANCO, destinada a promover um "pool" de projetos de exportação, é bem sintomático.

Assim, as articulações possíveis entre

capital financeiro e capital industrial aparecem até agora limitadas a três tipos de áreas, todas relacionadas com a conquista de novos mercados, e não com a reativação de atividades em mercados preexistentes. A primeira delas é a configurada pela petroquímica, em que o grupo União (DELTEC-Grupo Rockfeller) conseguiu uma divisão do trabalho com a própria petroquímica estatal e a associação com grupos nacionais minoritários. A segunda é o complexo minério-aço, no qual se verifica a articulação com vistas à exportação para o mercado mundial de vários grupos internacionais em associação ou divisão de trabalho com as grandes empresas públicas e em que o BNDE é o agente financeiro principal. Finalmente, a terceira é a associação de capitais nacionais e estrangeiros, com marcado predomínio destes últimos, sobretudo para explorar a fronteira de recursos naturais ao abrigo das vantagens concedidas pelas leis de incentivos fiscais, basicamente para fins de exportação e nas quais se produzem as associações mais heterodoxas do ponto de vista da origem dos grupos participantes.

Em compensação, nos setores manufatureiros onde predominam as filiais das grandes empresas integradas, estrangeiras (material elétrico, material de transporte e metal-mecânica) é difícil prever uma articulação mais íntima entre essas empresas e grupos financeiros (às vezes rivais) que não suponham o estrito controle daquelas. Operações de abertura de capital que ponham em risco a perda de controle patrimonial pela matriz não são previsíveis.

Resumindo: a concentração e centralização do capital em curso e prevista para prazo razoável, diz respeito a associações de capitais para fins de especulação financeira ou de abertura externa e, apenas em casos especiais, para competir ou redividir o mercado interno de bens e serviços.

É certo que o governo tem revelado a intenção manifesta, quanto às empresas nacionais, de auxiliar sua fusão ou a centralização sob o patrocínio de um banco, para aumentar o seu poder competitivo vis a vis o capital estrangeiro. Daí a recente discussão do Congresso de Bancos, em Brasília, sobre a forma de associação (holding ou corporação financeira) e sobre quem desempenharia o papel de cabeça do grupo — bancos comerciais ou bancos de investimentos.

Os argumentos do setor bancário nacional seriam a favor da primeira forma, sob a alegação de que os bancos de investimento têm maior participação estrangeira. Na verdade, quase todos os grandes bancos comerciais estão ligados aos 30 bancos de investimento existentes, dos quais se bem apenas 10 têm ligações ostensivas com grupos estrangeiros, somente dois dos mais fortes parecem ser exclusivamente nacionais. O problema está, uma vez mais, em que todo o setor financeiro se encontra numa etapa acelerada de expansão e reconcentração, na qual é difícil impedir a penetração do capital estran-

## O dinheiro só gira em um sentido

geiro, mormente com a avalanche de capital de curto e médio prazos que tem entrado no País nos últimos anos. Além do mais, o forte processo de abertura de capital das empresas nacionais, acompanhado da participação crescente das financeiras nas operações em bolsa, levará, provavelmente, a uma perda de controle patrimonial por parte das empresas menores, sem que isso seja garantido aquilo que verdadeiramente lhes interessaria, ou seja, uma forma de conglomeração em que o banco controlador tivesse poder emissor ilimitado em seu favor. Isto permitiria converter o endividamento externo em dívida intergrupo, o que diminuiria a taxa de risco para o processo de acumulação integrada das empresas filiais.

### NOTAS

1) Note-se, no entanto, que este procedimento de abertura de capital das empresas não se destina necessariamente ao financiamento do investimento real das empresas e, sim, tem permitido, às que se abrem, mudar acentuadamente sua estrutura de endividamento.

2) Os saldos das ORTN (principais instrumentos de financiamento da dívida pública) já alcançavam em 1970 a um montante equivalente ao do total de papel-moeda em circulação e as emissões deste ano já não são suficientes para cobrir o valor do resgate dos títulos emitidos pelo Tesouro nos últimos anos.

3) A partir de 1968, o governo tem tratado de evitar a proliferação de agências com escalas mínimas de operação e competindo na margem por recursos e operações. Isso se destinou mais a evitar quebras fraudulentas e a regularizar o mercado do que a diminuir os custos financeiros (como muitos supunham), uma vez que os preços dos serviços financeiros em um mercado oligopólico estão determinados pelas empresas dominantes e não pelas marginais, embora influam nas taxas diferenciais de lucro de toda a estrutura oligopólica.

4) A própria declaração de Roberto Campos (presidente do Investbanco) sobre "a nossa mistura de banco de Investimento" — cadernos Halles, no. 5 — reconhece que "os bancos de investimentos, originalmente pensados no sentido de especialização de funções enquanto agências de financiamento a longo prazo e apoio aos investimentos das empresas, trabalham realmente a curto e médio prazos e a única especialização ocorrida foi a de reservar para as financeiras o financiamento ao consumo e para os Bancos de Investimentos o financiamento do capital de giro". Na prática isso não faz grande diferença nem quanto à forma principal de instrumentos de crédito nem quanto à função geral do crédito: financiamento do capital circulante das empresas.

5) Veja-se Relatórios da DELTEC Internacional, 1969/70.





MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES MOSTRA, NESTA PARTE DE SEU TRABALHO, QUE SÃO SUPERFICIAIS E DESTITUÍDAS DE QUALQUER SENTIDO AS COMPARAÇÕES ENTRE O "MILAGRE JAPONÊS" E O CHAMADO "MILAGRE BRASILEIRO". O NOSSO DESENVOLVIMENTO PARECE SER MILAGRE MESMO, ENQUANTO QUE O CRESCIMENTO DO JAPÃO OCORREU DENTRO DE UMA ESTRUTURA ECONÔMICA SOLIDÁRIA.

## O BRASIL NA ENCRUZILHADA

# MODÉLO JAPONÊS E MODÉLO BRASILEIRO

**N**AS ÚLTIMAS discussões sobre a atual etapa de crescimento acelerado da economia brasileira têm havido sucessivas referências a possíveis similitudes com o modelo japonês de desenvolvimento do pós-guerra.

Parece-nos que uma análise, mesmo sumária, das presumíveis semelhanças evidenciaria a debilidade dessa hipótese, ao mesmo tempo que permitiria esclarecer certos aspectos da recente experiência brasileira.

As semelhanças mais freqüentemente aludidas se referem à elevada taxa de crescimento recente, ao baixo custo de mão-de-obra, à distribuição da renda fortemente concentrada, e ao estilo centralizado de intervenção do Estado.

Creemos que se pode ressaltar o escasso significado destas semelhanças centrando a argumentação sobre as principais características de estrutura e dinâmica do crescimento em ambos os países, bem como no grau de organização e natureza do poder econômico.

### O CASO JAPONÊS

O Japão vem crescendo, de forma sustentada e a taxas altíssimas desde o pós-guerra, com base no maior coeficiente interno de poupança e investimento do mundo capitalista (em torno de 30% do PIB). O Brasil conseguiu alcançar sua taxa histórica de crescimento (em torno aos 6%) nos anos 60, somente devido à aceleração verificada no final da década, a partir de um aproveitamento mais intenso de capacidade produtiva ociosa. A taxa de poupança interna (16%) manteve-se, no entanto, relativamente baixa ao mesmo tempo em que a taxa de investimento se elevava ligeiramente graças a uma forte participação dos investimentos estatais e a um aumento substancial da entrada líquida de capitais externos.

A conquista de mercados externos pelo Japão se fez à custa de um poder empresarial que se desenvolveu ao abrigo de políticas de proteção industrial, tecnológica e de comércio exterior, notadamente harmônicas. A partir desta base interna puderam os principais grupos industriais lançar-se à conquista do mercado mundial com uma agressividade econômica e tecnológica sem paralelo no pós-guerra. A abertura externa do Brasil está se fazendo nas "brechas" de um mercado mundial em reestruturação, sujeito a uma aguda competição internacional. Os principais grupos estrangeiros instalados no País têm aproveitado as possibilidades de exploração barata de recursos naturais e

mão-de-obra, bem como os enormes subsídios e isenções fiscais às exportações, e a proteção de um mercado interno que lhes permite utilizar tecnológica de segunda ordem. Do mesmo modo, tem adquirido relevância nesse esquema a crescente divisão regional do trabalho entre as principais filiais estrangeiras que operam na América Latina.

A despeito da abertura externa, o Japão manteve seu impulso fundamental de expansão através de um vigoroso desenvolvimento das forças produtivas voltadas para mercado interno. O setor propulsor do desenvolvimento é o de bens de produção, cuja participação na estrutura industrial alcançava em 1961 a mais de 60% de valor agregado da indústria manufatureira. 1 — Isto lhe permitiu também obter taxas importantes de crescimento na indústria de bens de consumo, duráveis e não duráveis, além de um ritmo de investimento.

### O CASO BRASILEIRO

No Brasil o impulso da recuperação baseou-se em uma expansão industrial desequilibrada, em que os ramos de bens duráveis e de construção foram os setores de "ponta", sem que os seus altos ritmos de crescimento se generalizassem aos demais setores, em particular aos de bens de consumo não duráveis. A aceleração do crescimento induziu uma expansão moderada nos setores produtores de bens de capital que, no entanto, não experimentaram alterações substanciais na sua estrutura de produção, grau de organização e avanço tecnológico.

No que se refere à distribuição de renda, ambos os países apresentam uma altíssima concentração tanto em termos pessoais como funcionais (baixa participação dos salários no valor agregado), circunstâncias que refletem a existência de mão-de-obra barata e de uma elevada concentração das rendas de propriedade. Contudo, essa semelhança oculta movimentos e transformações profundamente distintos. Antes de mais nada, a economia japonesa tem exibido uma vigorosa taxa de incorporação de mão-de-obra à indústria de transformação, resultando, em conseqüência, uma rápida mudança na estrutura de ocupação nos últimos decênios. 2 — No Brasil o ritmo de absorção de mão-de-obra industrial foi relativamente baixo nas últimas duas décadas (inferior à taxa de crescimento demográfico) e o peso do desemprego e do subemprego estruturais na agricultura continua imenso.

Outro contraste decorre dos altíssimos ritmos de crescimento da produtividade

urbana no Japão que, apesar do considerável aumento do emprego, permitiram uma subida contínua do salário real das categorias de baixo nível de renda. No Brasil, os ritmos altos de incremento da produtividade foram esporádicos e concentrados em certos setores industriais, enquanto os níveis reais dos salários mínimo e médio na indústria caíram consideravelmente entre 1963 e 1968. Finalmente, cabe ressaltar que a forte concentração da renda corresponde, no caso japonês, a uma elevadíssima propensão a poupar, enquanto no Brasil chama a atenção a alta propensão a consumir das classes médias e altas.

### AS GRANDES DIFERENÇAS

Estas características básicas do modo de geração e distribuição da renda resumem as diferentes implicações sobre a estrutura e o ritmo de crescimento de formas de concentração só aparentemente similares. No caso japonês, a concentração leva a altas taxas de poupança-investimento e a um ritmo de crescimento econômico auto-sustentado com aumento dos níveis de vida das massas. No caso brasileiro, conduz a um "consumismo" restringido a certos setores da população, com manutenção de padrões de vida infra-humanos para a maioria da população rural e um crescimento do consumo médio das massas urbanas que tem chegado a ser negativo.

## Ainda não possuímos um modelo

Como não parecem existir perspectivas de uma política redistributiva em favor dos amplos setores marginalizados e, uma vez que a dinâmica da expansão e da acumulação não se baseia na aceleração do consumo das camadas populares, e sim no aprofundamento e diversificação do consumo das camadas altas e no endividamento das camadas médias, esta etapa de acumulação baseada no "consumismo" poderia ser de curta duração. Daí os esforços contínuos de abertura externa e de busca de novas oportunidades de investi-

mento que independam da expansão auto-sustentada do mercado de consumo pré-existente.

Uma tentativa de abrir caminho para uma nova etapa de acumulação está sendo feita com apoio na modernização de setores atrasados da indústria e abertura especial da fronteira econômica. Ambos os movimentos representam uma orientação de investimentos promovida pela ação estatal, no sentido de uma maior internacionalização da economia. Os resultados obtidos nestes empreendimentos, fortemente subsidiados pelo Estado, se destinariam, basicamente, a produzir excedentes para o mercado internacional.

A primeira linha seria, pois, levada a cabo pela modernização das indústrias têxtil, de alimentos, vestuário e calçado e pelo reequipamento da pequena e da média empresa. Em todos os casos se trataria de elevar os padrões de eficiência dos setores atrasados, com vistas a aumentar a sua competitividade, e em busca de uma certa homogeneização da estrutura industrial.

### FORMAS DE CONCENTRAÇÃO

3 — Aqui, mais uma vez, a diferença com a política japonesa é marcante. O Japão mantém, deliberadamente, uma estrutura industrial dual, apoiada em estruturas tecnológicas e financeiras também em duas, com o que logra manter os altos ritmos de absorção de mão-de-obra requeridos pela transformação estrutural do seu mercado de mão-de-obra. Esse dualismo não implicou, porém, em congelamento tecnológico, não impediu que o setor de pequenas e médias empresas crescesse paralelamente, nem provocou a acentuação dos desníveis de produtividade.

Com efeito, as pequenas e médias empresas japonesas se expandem e se modernizam graças à compra de maquinaria usada (a preços naturalmente baixos) das grandes empresas. Isto permitiu ao setor industrial, em seu conjunto, um aumento dos prazos de depreciação real do capital, sem implicar em obsolescência progressiva, muito pelo contrário, assegurando que o ritmo acelerado de modernização das empresas maiores se realizasse a custos mais baixos e se transmitisse em ondas às menores.

Outro mecanismo de articulação entre as pequenas e médias empresas com as grandes, reside no progressivo aumento da sucontratação que, em muitos casos, se traduzia no estabelecimento de relações do tipo matriz filial. Esta capacidade de associação entre duas estruturas produtivas mediante formas de organização duais, e com introdução dosada, mas contínua, de tecnologia mais avançada, possibilitou ao Japão ter as mais altas taxas de crescimento do emprego industrial e os mais baixos custos de produção do mundo ocidental. Convertia-se, assim, em vantagem a desvantagem estrutural de partida que residia num profundo "desequilíbrio fatorial" entre recursos humanos e naturais.





## O BRASIL NA ENCRUZILHADA

NADA RESISTE AO HUMOR BRASILEIRO. ENQUANTO NO JAPÃO A PALAVRA "CONGLOMERADO" SIGNIFICA UMA ARTICULAÇÃO ORGÂNICA DE UM CONJUNTO DE EMPRESAS COM UM COMANDO FINANCEIRO ÚNICO, MAS SÓLIDO, AQUI NO RIO DE JANEIRO A EXPRESSÃO FOI LANÇADA PARA ENCOBRIR A ASSOCIAÇÃO DE ALGUMAS EMPRESAS QUE, NÃO FOSSE O PRONTO-SOCORRO, OFICIAL TERIAM IDO PARA A TONGA DA MIRONGA DO KABULETÊ.

POLITIKA

23

dokumento

# O indigesto é sobreviver como empresário

**N**O BRASIL, uma tentativa de modernização das pequena e média empresas ou dos ramos industriais atrasados, depois de anos de congelamento tecnológico, levará, inevitavelmente, a um aumento de concentração absoluta, como destruição de empresas, capital e, sobretudo, emprego. Mesmo quando essas conseqüências sejam aceitas pela política econômica como o "preço" da eficiência, resta saber se essa modernização será rentável e realizável, em particular se se mantiverem as condições de procura verificadas até o presente no caso da maioria dos produtos tradicionais. Em qualquer circunstância, e para compensar, em termos macroeconômicos, a destruição de capacidade produtiva, renda e emprego, seria necessário que o processo de modernização se realizasse dentro de um movimento de reorganização geral da indústria, mediante uma associação estreita e uma nítida divisão do trabalho entre a grande e pequena empresas do mesmo ramo ou de ramos complementares.

Isto requeriria uma forma de organização de empresas, multissetorial, do tipo de conglomerado japonês, já comentado, ou, na sua ausência, de uma poderosa intervenção pública com uma política harmônica de emprego, financiamento, tecnologia e assistência empresarial.

A segunda linha de avanço estaria na abertura de novas oportunidades de investimento na fronteira econômica, mediante o apoio de poderosos investimentos estatais de infra-estrutura e a concessão de incentivos fiscais que representem um forte subsídio de capital, num esforço de generalização do esquema de incentivos utilizados no Nordeste a quase todas as áreas novas.

### CAMINHOS

Dada a alta intensidade de capital e o longo prazo de maturação destes empreendimentos seria fundamental assegurar um esquema de financiamento de longo prazo, o que vem se conseguindo pela via fiscal e dos empréstimos externos. Assegurada uma rentabilidade ex-ante para as inversões, mediante subsídios altíssimos ao capital e, no caso das matérias-primas diversificadas, tendo em vista a existência de mercados importantes nos quais o Brasil é exportador marginal, esta parece ser uma faixa de investimentos que, a despeito de sua baixa relação produto-capital inicial, pode garantir uma elevada taxa de lucro e de acumulação capaz de sustentar um ritmo razoável de crescimento por um período relativamente longo. Evidentemente, trata-se, em certo sentido, de reintroduzir na economia brasileira um dinamismo do tipo modelo primário-exportador que, embora não impulse o desenvolvimento industrial e urbano, possa servir-lhe de sustentação enquanto transferidor de excedentes e de

capacidade para importar. O problema está em saber sob que forma serão captados e aplicados esses excedentes para garantir um dinamismo urbano que, por seu lado, já encontra dificuldades de aplicar o seu próprio potencial de acumulação em investimentos produtivos.

Aqui, mais uma vez, aparece uma diferença flagrante com o modelo japonês. A organização do poder econômico japonês depende de uma tradição, de há muito estabelecida, de articulação entre as diversas camadas da burguesia rural, comercial, industrial e financeira. Neste contexto coube sempre ao Estado japonês o papel de solidarizar os interesses em jogo e de promover uma constante superação das contradições entre os distintos grupos sociais através do que eles mesmos consideram um legítimo sistema autoritário e integrador. Foi isto que permitiu, como já vimos, as mais heterodoxas formas de organização de empresa do mundo capitalista; a "excessiva competição" entre iguais (os poderes keiretsu) em vez da liquidação dos desiguais; o princípio de política financeira de igual tratamento aos grandes grupos financeiros integrados junto a uma política de subsídio e proteção aos grupos mais débeis e atrasados.

Estas condições históricas e estruturais permitiram uma solidariedade orgânica de interesses entre a grande e a pequena burguesia e o Estado Nacional poucas vezes observada em períodos tão longos em qualquer país. Parece não haver dúvidas de que tais condições não têm existido no Brasil.

### SOLUÇÕES PRECÁRIAS

Frente às atuais condições de organização dos grupos privados nacionais e internacionais, o Estado brasileiro tem conseguido promover a sua solidariedade temporária, dadas as condições dos mercados interno e externo, mediante concessões importantes em matéria de tratamento fiscal e facilidades financeiras, das quais todas as grandes empresas, nacionais e estrangeiras, produtivas e financeiras, se têm beneficiado.

A questão fundamental está em saber que tipo de rearticulação, em bases permanentes, se pode fazer entre a grande e a pequena empresa produtiva nacional e estrangeira e os grandes grupos financeiros nacionais e estrangeiros. Além do mais, que grau de controle e organização necessitaria o aparelho do Estado brasileiro para poder manter e orientar o atual modelo concentrador.

A introdução de uma etapa de capitalismo financeiro tal como a que se intenta caracterizar ao longo dos capítulos anteriores, ajudou a tornar fluidos e compatíveis os interesses em jogo, mas não parece ser capaz de resolver qualquer das grandes ordens de problemas mencionados. Parece, sim, favorecer uma maior

"abertura" no sentido da internacionalização de certos setores até há pouco predominantemente nacionais, ou voltados para o mercado interno.

Nas atuais condições de desenvolvimento dependente, e mantido o caráter concentrador do modelo, é difícil ao Estado brasileiro afirmar uma hegemonia que resolva em termos "nacionais" os grandes interesses em jogo. A solidariedade entre os interesses do capital nacional e a internacionalização da economia pareceriam exigir no Brasil um modelo "sui generis" de capitalismo de Estado em aliança estreita com os vários grupos internacionais.

O próprio caráter competitivo destes e a situação de crise da economia americana podem dar, por algum tempo, a impressão de que o capitalismo de Estado seria hegemônico nas negociações para abertura de novas oportunidades de investimento.

A forma de organizar a produção em grande escala e o controle dos mercados externos continua, porém, dependente de decisões fora do controle do Estado brasileiro. Deste modo, o próprio dinamismo (e duração) da abertura externa continuarão problemáticos, na medida em que não se defina com clareza um novo esquema de divisão internacional do trabalho, bem como a adaptação correspondente da estrutura interna da economia em termos de distribuição da produção, da renda e do poder econômico.

1 — No Japão, o setor de bens de produção, que compreende os ramos da química, metalurgia e maquinaria, alcança a mais de 60% do produto industrial. O ramo de maquinaria, alcança, por si só, é responsável por 30% do produto do setor industrial. No Brasil, o valor agregado dos ramos de química metalúrgica e maquinaria, em conjunto, não ultrapassava, em 1967, 30% do valor agregado industrial total, sendo que o valor agregado do ramo de maquinaria, incluindo equipamentos elétricos estava em torno dos 10% desse total.

2 — A estrutura de emprego do Japão mudou de uma participação na agricultura de 44,5% em 1954 para 29,1% em 1963, e na indústria de 21,9% para 30,5%, no mesmo período. No Brasil a população ocupada na agricultura baixou de 59,9% em 1950 para 53,7% em 1960, e na indústria de 13,7% para 13,1% no mesmo período. Veja-se "Proyecciones Regionales y Sectoriales: Aplicación a la Economía Brasileña — CEPAL — mayo 1971.

3 — Para isso se criaram vários fundos especiais do BNDE, cujos recursos serão postos à disposição do setor privado para projetos de ampliação e modernização, com baixas taxas de juros e longos prazos de financiamento.

4 — Essa maior abertura é essencial inclusive como única forma de remuneração possível da forte entrada de capital nos últimos anos, boa parte da qual (o chamado "capital de risco") e, na realidade, capital financeiro de especulação — e, em virtude do qual a dívida de curto prazo do Brasil subiu de 1.700 milhões de dólares nos últimos três anos contra a acumulação de reservas internacionais de 1.200 milhões.







# RESPEITÁVEL SENHOR: UM GATO, PELO AMOR DE DEUS

"Respeitável senhor: Noite após-noite meu sono é perturbado pelos ratos e camundongos. As últimas seis noites foram, na verdade, vigílias totais para mim. Pelo amor de Deus, não posso ter um gato em minha cela?"

Resposta: "As regras da prisão proíbem estritamente a manutenção de qualquer animal".

"Respeitável Senhor: se animais são

estritamente proibidos, o que me diz dos ratos e camundongos que pululam em minha cela? Não são animais? Por que então não são proibidos de ficarem em minha cela?"

Resposta: "Sentimos muito, mas ratos e camundongos não podem ser submetidos às regras da prisão".

"Respeitável senhor: Basta-me ter

um gato que lhe mostrarei que ratos e camundongos também podem ser forçados a obedecer às regras da prisão".

Resposta: "Como dissemos antes, não podemos dar-lhe um gato porque as regras da prisão proíbem estritamente a manutenção de qualquer animal. Favor não insistir."

"Respeitável senhor: "E eu não sou um animal? Mesmo assim, você está me mantendo, contra suas próprias regras da prisão. Responda-me a isto!"

Resposta: "Não há resposta".

(Da correspondência trocada entre o Marquês de Sade e o governador da prisão de Vincennes, em pequenos quadrados de papel).

EDI-TORA LTDA.

**POLITIKA**

DIRETORA:  
Philomena Gebran  
Rua Senador Dantas, 117, sala 2124  
Guanabara

DIRETORES:  
Oliveira Bastos  
Sebastião Néry  
Adirson de Barros

EDITOR:  
Jorge França  
ARTE:  
Antônio Calegari

RELAÇÕES PÚBLICAS:  
Wilson Alves  
HUMOR  
Fritz  
PUBLICIDADE:  
Norma Blum  
ENDEREÇO  
Almirante Barroso, 6, grupo 1509

TELEFONE  
252-3691

DISTRIBUIÇÃO  
DIJOLIR (Distribuidora de Jornais,  
Livros e Revistas Ltda) — Rua Cla-  
risse Índio do Brasil, no. 30 — Rio  
de Janeiro — Guanabara.